

Parque Estadual de Chandless



Plano de Manejo Relatório de Uso Público



Fevereiro de 2009

Equipe Técnica

Maria Vitória Yamada Müller

Bióloga, Mestre, Responsável Técnica

Jakeline Pinheiro

Bióloga, Funcionária da SEMA/AC,
apoio técnico e trabalhos de campo

Sueli Naomi Ota

Bióloga, Mestre, apoio técnico na elaboração das
propostas de Educação e Interpretação Ambiental

Apresentação

Este relatório apresenta propostas para o Uso Público no Parque Estadual Chandless (AC) com o objetivo de embasar o Plano de Manejo da unidade de conservação. Refere-se ao contrato de prestação de serviços NR 013/2008, acordado entre a Associação SOS Amazônia e Maria Vitória Yamada Müller - ME, realizado no período de novembro de 2008 a fevereiro de 2009.

Em uma primeira abordagem deste tema foram analisados os principais atrativos do PE de Chandless, as oportunidades e os desafios para a implantação do uso público, voltado para a pesquisa científica, ao ecoturismo de base comunitária, e à educação e interpretação ambiental, levando em conta a unidade e sua área de amortecimento.

Agradecimentos

Agradeço aos pesquisadores do Plano de Manejo pelo fornecimento de informações para elaboração deste documento;

Aos participantes da Oficina de Planejamento em Sena Madureira, realizada em outubro de 2008, em especial à Francisco Peres e Pedro Souza, moradores do parque;

Às pessoas as quais entrevistei em Rio Branco e em Santa Rosa do Purus, nominadas neste documento;

Às pessoas que contribuíram com informações e sugestões: Jakeline Pinheiro, Sílvia Brillhante, Jesus Rodrigues, Cristina Lacerda, Roberto Antonelli Filho, Dante Buzzeti e Guto Carvalho;

Aos funcionários da SOS Amazônia que me apoiaram durante os trabalhos, Laís, Cleuza, Thiago e Charles.

Abreviaturas e Siglas

AC	Estado do Acre
AER	Avaliação Ecológica Rápida
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNAAN	Fundação Amigos da Amazônia
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMAC	Instituto do Meio Ambiente do Estado do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
MP	Ministério Público
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Projeto de Assentamento
PE	Parque Estadual
PEC	Parque Estadual Chandless
PF	Polícia Federal
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PN	Parque Nacional
Resex	Reserva Extrativista
SEAPROF	Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEE	Secretaria de Estado da Educação
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SETUL	Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SRP	Santa Rosa do Purus
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UP	Uso Público
UFAC	Universidade Federal do Acre
WWF	Worldwide Fund for Nature
ZEE-AC	Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre

Sumário

Introdução	9
Ficha Técnica da Unidade de Conservação.....	12
1 Aspectos Metodológicos	15
2 Resultados	21
2.1 Turismo na Amazônia.....	21
2.2 Turismo no Acre.....	25
2.3 Potencial do PEC para Uso Público.....	29
2.3.1 Infra-estrutura Regional.....	29
a) Acessos	29
b) Infra-estrutura básica de Santa Rosa do Purus.....	32
c) Meios de Hospedagem.....	38
d) Serviços de Alimentação.....	Erro! Indicador não definido.
e) Artesanato em Santa Rosa do Purus.....	42
2.3.2. Principais Atrativos	42
a) Beleza cênica	42
b) Floresta Amazônica/Biodiversidade	43
c) Fauna/Aves/Barreiros	45
d) Fauna/mamíferos e répteis.....	47
e) Tabocais/fauna associada.....	48
f) Queimadas	48
g) Rios navegáveis.....	Erro! Indicador não definido.
h) Lagos	50
i) Trilhas internas.....	51
j) Cultura indígena.....	51
k) Populações tradicionais/modos de vida.....	53
2.3.3 Análise dos Atrativos	55
3 Uso público no PEC.....	57
3.1 Propostas.....	61
3.1.1 Curto Prazo.....	62
3.1.2 Médio Prazo.....	70

3.1.3 Longo Prazo75
Referências Bibliográficas.....77
Anexo 1.....80

Lista de Tabelas

- Tabela 1. Atividades previstas no Termo de Referência e os métodos utilizados.
- Tabela 2. Entrevistas realizadas na segunda viagem de campo – Rio Branco e Santa Rosa do Purus.
- Tabela 3. Quadro de desenvolvimento do potencial de um atrativo turístico.
- Tabela 4. Quadro de critérios para hierarquização de atrativos.
- Tabela 5. Potencial turístico da oferta de elementos atrativos da Amazônia Legal, por categoria de motivação.
- Tabela 6. Análise dos gargalos na infra-estrutura da Amazônia Legal elaborada por e a realidade da região do Chandless.
- Tabela 7. Dados dos principais meios de hospedagem em Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano.
- Tabela 8. Avaliação e hierarquização dos principais atrativos do PEC.
- Tabela 9. Tipos e exemplos de indicadores utilizados no monitoramento.

Introdução

O Parque Estadual Chandless (PEC) é a segunda maior unidade de conservação do Acre, totalizando 695.303 hectares, o que representa cerca de 4% da área do estado. Os municípios que compõem sua área de entorno são Sena Madureira (9%), Santa Rosa do Purus (24%) e Manoel Urbano (67%). O PE Chandless é a única unidade de conservação de proteção integral estadual do Acre e localiza-se no sudoeste da Amazônia, numa das regiões menos estudadas até o momento (Fig. 1). O Alto Purus é o centro de distribuição dos chamados tabocais¹, os quais recobrem aproximadamente 180 mil quilômetros quadrados.

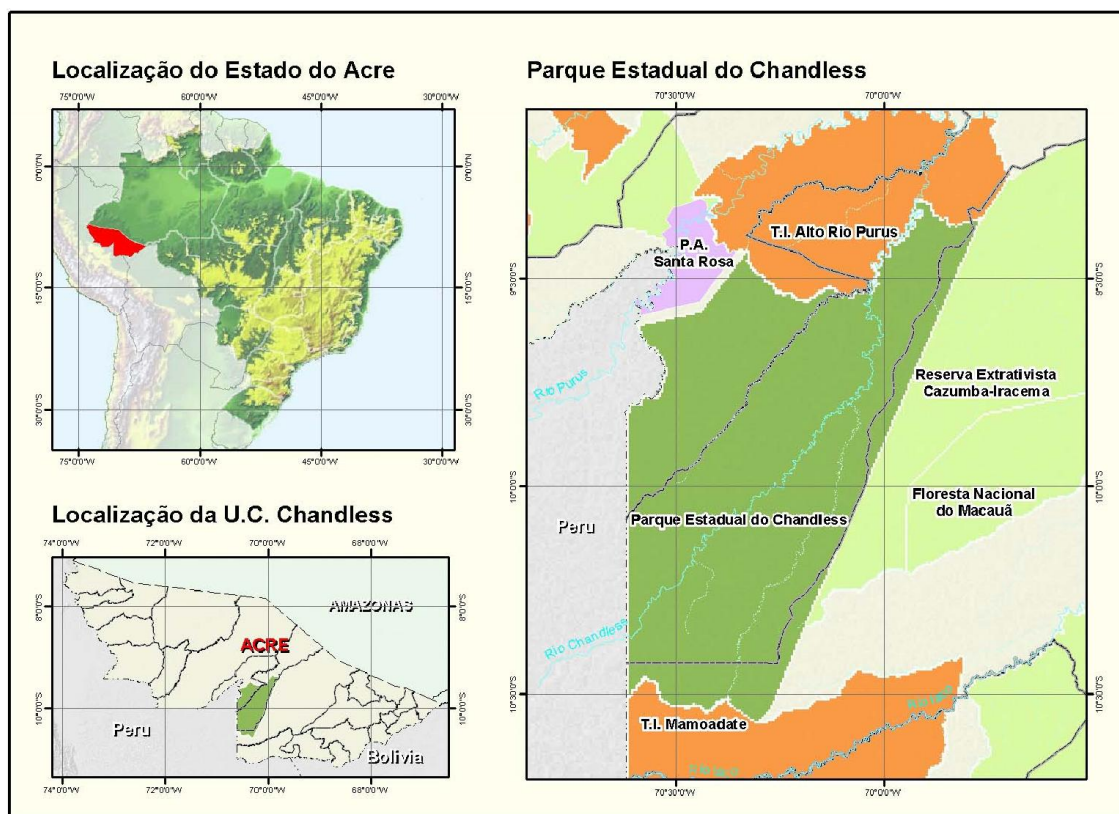


Figura 1. Localização do Parque Estadual Chandless e entorno.
Fonte: Calouro (2008).

¹ Florestas dominadas por bambus arborescentes do gênero *Guadua*.

Na sua face oeste o PEC faz fronteira com o Peru, mas a maior parte dos seus limites do lado brasileiro é fronteira com outras áreas protegidas: a Terra Indígena Alto Rio Purus ao norte, a Terra Indígena Mamoadate ao sul e a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema a leste. O principal acesso se dá pelo rio Chandless e seus afluentes, o rio Chandless-chá e o rio Cuchichá. Outra via de acesso é terrestre, caminhando-se cerca de duas horas a partir do ramal do projeto de assentamento do INCRA em Santa Rosa do Purus (SRP).

A região do Chandless está localizada na Bacia do rio Acre – rio Purus. O principal rio que corta esta região no sentido sudoeste-noroeste é o rio Chandless que nasce no Peru e corta o Parque no sentido sudoeste-noroeste, recebendo vários igarapés menores, dentre eles, o Chandless-Chá e o Cuchichá (SECTMA/WWF, SOS Amazônia, 2001).

É uma área de transição bioclimática, riquíssima em biodiversidade e fatos biológicos ainda por investigar, como as grandes áreas alagadas, curiosamente denominadas “queimadas” e a fauna associada à taboca. A Avaliação Ecológica Rápida (AER) executada para embasar o Plano de Manejo registra os seguintes dados:

- 95 pessoas residem no parque, formando 19 famílias em 16 localidades (Alegretti, 2008);
- Cinco principais de tipologias vegetais: Formações pioneiras de influências fluvial, Floresta Ombrófila Aberta de Influência Aluvial; Floresta Tropical Caducifólia com bambu no sub-bosque; e Floresta Tropical Caducifólia com palmeiras no sub-bosque e formações isoladas, alagadas permanentemente, denominadas localmente como “queimadas” (Ferreira, 2008b).
- 407 espécies de aves, sendo 40 endêmicas da Amazônia Meridional, e pelo menos 25 delas têm sua distribuição restrita ao oeste amazônico (Buzetti, 2008 b).
- 39 espécies de mamíferos terrestres, duas espécies aquáticas (cetáceos) e seis espécies de morcegos foram constatadas no PEC (Calouro, 2008).
- 63 espécies de anfíbios anuros e 40 espécies de répteis (Sousa, 2008).
- 39 espécies de lepidópteros identificadas (35 espécies de borboletas e 4 espécies de mariposas), conforme o primeiro relatório da AER (Mielke, 2008).

Segundo Alegretti (2008) as famílias do Chandless *“caracterizam-se por mesclar identidades culturais e étnicas de origem indígena, nordestina e peruana. Essas heranças se mesclam de forma diferenciada conforme o aspecto da vida social que se queira analisar: a língua, pode ser indígena ou peruana, mas é sempre misturada com o português, que todos falam; a herança indígena é claramente presente na forma de produção, mais agrícola que extrativista, assim como na habilidade para construir pequenas canoas; as habitações e a forma de educar os filhos, são claramente, de*

influência nordestina; e os traços fisionômicos, assim como a origem das famílias, de ascendência peruana”.

O nome do parque é uma homenagem ao geógrafo inglês William Chandless, que esteve na Amazônia em 1864 pela *Royal Geographical Society of London*, para percorrer e cartografar toda a região. O primeiro reconhecimento do Alto Purus foi feito por William Chandless e seu guia, Manuel Urbano. W. Chandless faz um relato de todos os grupos indígenas que encontrou evidenciando a existência de uma vasta rede de comunicação e trocas entre os vales do Alto Madre de Dios e Ucayale e o Purus. Quarenta anos depois, Euclides da Cunha seguiu o mesmo roteiro, baseando-se nos dados de Chandless, e chegou às cabeceiras do Purus, em missão de reconhecimento dos conflitos entre brasileiros e peruanos que subsidiou o acordo de limites firmado entre os dois países em 1909².

Em que pese a grande variedade de atrativos, demonstrada através da riqueza de tipologias vegetais, espécies faunísticas, paisagem e o apelo que a Floresta Amazônica significa para a humanidade, o uso público (UP) no Chandless representa um desafio para seus gestores, principalmente em função da dificuldade de acesso e da falta de infra-estrutura regional.


O ordenamento e gestão do uso público (UP) são ações inerentes ao plano de manejo que está sendo elaborado, e visam proporcionar a integração da sociedade com as unidades de conservação (UC), despertar a consciência crítica, promover o bem-estar físico e mental do visitante e gerar conhecimento para a conservação dos recursos naturais e histórico-culturais.

Neste relatório, considera-se Uso Público em UCs *a múltipla utilização dos recursos, por meio de atividades de pesquisas científicas, educação ambiental, recreação, esporte, lazer e ecoturismo para a população em geral, aproveitando a infra-estrutura oferecida, quando disponível*. Desta forma o UP atua como uma ferramenta para a unidade alcançar seus objetivos de conservação e educação ambiental, com a qual pretende-se atingir e beneficiar as populações do entorno da UC.

² <http://colunas.globoamazonia.com/maryllegretti/2008/09/21/os-segredos-do-chandless>, acessado em 7 de fevereiro de 2009.

Ficha Técnica da Unidade de Conservação

Nome da unidade de conservação: Parque Estadual Chandless	
Unidade Gestora responsável: Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC	
Chefe Atual: Jesus Rodrigues Domingos de Souza	
Endereço da sede:	Rui Barbosa, 135 Centro. Rio Branco/AC CEP 69900-120
Telefone:	55 0xx 68 3224-3990 / 3224-8786 / 3223-2760
Fax:	55 0xx 68 3224-3990
E-mail:	imac@ac.gov.br
Site:	Não tem site específico, mas algumas informações podem ser obtidas em www.seiam.ac.gov.br
Superfície da UC (ha):	695.303 ha
Superfície da ZA (ha):	a definir
Municípios e percentual abrangido pela UC:	Manoel Urbano (67%), Santa Rosa do Purus (24%) e Sena Madureira (9%)
Estados que abrange:	Acre
Coordenadas geográficas (latitude e longitude):	
Data de criação e número do Decreto:	02 de setembro de 2004 Decreto Estadual nº 10.670
Limites:	Norte: Projeto de Assentamento Santa Rosa e Terra Indígena Alto Rio Purus, separados pelos igarapés Canamarí, Jutai, Acre, Maloca, rio Chandless; Sul: Seringal Santa Helena e Terra Indígena Mamoadate; Oeste: República do Peru, separado pela linha limite internacional, rio Chambuiaco e rio Purus; área banhada pelo rio Chambuiaco; Leste: Floresta Nacional Macauã e Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema
Biomassas e ecossistemas:	Floresta Amazônica, composta de Formações pioneiras de influências fluvial, Floresta Ombrófila Aberta de Influência Aluvial, Floresta Tropical Caducifólia com bambu no sub-bosque, Floresta Tropical Caducifólia com palmeiras no sub-bosque, formações isoladas, alagadas permanentemente, denominadas localmente como "queimadas"
Temperatura Média:	entre 24 e 25° C
Precipitação Média:	entre 1.773 e 2.086 mm de chuva por ano
Relevo:	Relevo plano, suave ondulado a ondulado; planícies e terraços fluviais alagados periodicamente ou não; ocorrência de muitos lagos.
Altitude:	188 a 368 m
Principais Rios:	rio Chandless, rio Chambuiaco e os igarapés Cuchi-chá,

Acessos:	Fluvial através do rio Chandless, afluente direito do rio Purus; aéreo pousando na Fazenda Jussara; terrestre pelo Projeto de Assentamento em Santa Rosa do Purus.
Regularização Fundiária	Segundo os dados do INCRA a situação está regularizada, porém 20 famílias residem na área do parque em situação indefinida.
Atividades Conflitantes:	caça, pesca e agricultura e pecuária de subsistência
Atividades ocorrentes:	
Educação ambiental:	Não existe um projeto em andamento, mas esporadicamente o chefe da unidade ministra palestras nos municípios do entorno.
Fiscalização:	Esporádica
Pesquisa:	Iniciaram com a elaboração do Plano de Manejo
Visitação:	Não
Plano de Manejo	Primeira versão em elaboração
Conselho Consultivo:	Sim
Logomarca:	

1 Aspectos Metodológicos

Com o objetivo de otimizar tempo e recursos financeiros, houve um consenso entre coordenação do plano de manejo e a consultoria em elaborar este plano de uso público (UP) com a colaboração dos gestores do parque e dos pesquisadores envolvidos, tendo sido descartadas as fases de campo para um levantamento intensivo de atrativos, entendendo que para uma primeira abordagem do tema, os recursos já são conhecidos pelos demais integrantes da equipe. Desta forma a consultoria utilizou como fonte de dados para determinar o potencial e atrativos da unidade de conservação (UC) e entorno, a experiência e os saberes destes atores, repassados através dos relatórios, entrevistas e fotografias, além de dados secundários coligidos em instituições governamentais correlatas, e principalmente entrevistas com moradores locais. É um processo incomum para a elaboração de plano de uso público, porém justificável, quando se depara com uma UC de dimensões grandiosas, localização remota e de difícil acesso.

A primeira viagem de campo (tabela 1) foi realizada no período de 6 a 10 de outubro de 2008, por ocasião da Oficina de Planejamento Participativo em Sena Madureira, na qual foi possível entrevistar alguns moradores do PEC e servidores públicos participantes do evento.

Tabela 1. Atividades previstas no Termo de Referência e os métodos utilizados.

1. INVENTÁRIO DAS POTENCIALIDADES DE USO PÚBLICO DA UC	
Atividades Previstas	Método de Trabalho
a) Identificação dos locais onde as atividades de uso público poderão ocorrer, atrativos e atividades já existentes ou potenciais;	– Presença na Oficina de Planejamento Participativo em Sena Madureira (7 a 9/10/2008);
b) Identificação dos aspectos culturais que possam ser utilizados no uso público da UC, as atividades educacionais que podem ser desenvolvidas e outras informações julgadas importantes (como os pontos e as possibilidades de acesso à UC e transportes disponíveis);	– Entrevistas iniciais e sondagem da realidade sob o ponto de vista dos moradores locais e técnicos das instituições governamentais;
	– Segunda viagem de campo - Santa Rosa do Purus e Rio Branco;
	– Análise da documentação disponível, em especial relatórios de campo dos pesquisadores da AER;
	– Entrevistas com técnicos da SOS Amazônia, SEMA, IMAC, especialistas envolvidos no Plano de Manejo, funcionários da SETUL, FUNASA, SEAPROF, FUNAAM, cooperativa de artesanato, líderes da igreja católica atuantes na área do PEC, secretarias municipais de Meio Ambiente de Santa Rosa do Purus e Manuel Urbano;
c) Caracterização do perfil e do comportamento dos visitantes (se houver);	– Considerando a inexistência de visitantes no PEC, o baixo volume de turistas nos municípios de entorno e a carência dos dados técnicos de turismo para a região, foi feita uma análise do perfil do turista que visita o Acre e de áreas com características similares na região amazônica.
	– Entrevista e coleta de informações em órgãos de

	<p>turismo, agências e operadoras de turismo em Rio Branco;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise da bibliografia específica e pesquisa via internet;
d) Análise dos programas de turismo locais, regionais, nacionais e internacionais que abrangem a área e a região da UC;	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista e coleta de informações na SETUL, SENAC, SEBRAE, agências e operadoras de turismo em Rio Branco;
e) Identificação dos meios de divulgação existentes e formas de comercialização dos produtos;	<ul style="list-style-type: none"> - Participação no evento do PROECOTUR em Rio Branco; - Análise da bibliografia específica e pesquisa via internet;
f) Identificação da oferta técnica e da demanda turística do entorno;	<ul style="list-style-type: none"> - Visita a Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano; - Análise dos dados socioeconômicos dos três municípios que englobam o PEC; - Entrevista e coleta de informações na SETUL, SENAC, SEBRAE, agências e operadoras de turismo em Rio Branco; - Participação de evento do PROECOTUR em Rio Branco;
g) Identificação das atividades que podem estar combinadas (dentro e no entorno da UC, incluindo a sede dos municípios e demais áreas protegidas - Terras Indígenas (TI) e Resex;	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos dados socioeconômicos dos três municípios que englobam o PEC;
h) Identificação dos grupos de interesse relacionados ao ecoturismo, sua capacitação, potencialidades e interesse das populações do entorno como empreendedores, prestadores de serviço, mão-de-obra e outras formas relacionadas à exploração do ecoturismo, detalhando as possíveis formas de inserção das comunidades locais no contexto.	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista com o pesquisador responsável pelos temas Antropologia e Socioeconomia no Plano de Manejo; - Entrevistas em Santa Rosa do Purus com moradores/donos de estabelecimentos e líderes comunitários em Santa Rosa do Purus;
i) Quanto à presença de etnias indígenas, registrar possíveis conflitos ou disposição em se engajar aos trabalhos de planejamento e implementação da visitação;	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de material bibliográfico; - Entrevistas em Santa Rosa do Purus com moradores/donos de estabelecimentos e líderes comunitários em Santa Rosa do Purus;
j) Identificação das possíveis ameaças da atividade turística para a unidade de conservação, região e população do entorno.	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas com funcionários da SEMA/IMAC, SOS Amazônia, Exército e Polícia Federal em Santa Rosa do Purus; - Entrevista com operadores de turismo em Rio Branco; - Análise dos dados socioeconômicos dos três municípios que englobam o PEC; - Análise de documentos e artigos técnicos de outras UCs da Amazônia que recebem turistas/visitantes;

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL E POTENCIALIDADES DE USO PÚBLICO

Atividades Previstas	Método de Trabalho
k) Indicação dos equipamentos facilitadores necessários à implementação e operação da visitação na UC;	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos dados de campo;
l) Indicação dos instrumentos de apoio (sinalização, folhetos, outros) que deverão ser utilizados para o desenvolvimento e divulgação das atividades;	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão com os técnicos envolvidos no Plano de Manejo para a definição de atividades compatíveis com a realidade financeira da instituição gestora do PEC implantação do PM;
m) Indicação das atividades e serviços ligados à visitação, que valorizem a cultura regional e local;	<ul style="list-style-type: none"> - Análise das possibilidades de financiamentos a médio e longo prazo para implantação de ecoturismo na região do PEC;

- n) Indicação do perfil do visitante em cada atividade proposta;
- o) Opções de desenvolvimento para as atividades turísticas identificadas no entorno, indicando possibilidades de integração destas atividades com a UC;

3. ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VISITAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Atividades Previstas	Método de Trabalho
p) As propostas devem constar: objetivos, justificativa, prioridade, local e possíveis executores;	– Reunião de trabalho com a coordenação técnica do PM;
q) Indicação dos meios para a elaboração das trilhas de interpretação ambiental (placas, folhetos, trilhas, entre outros);	– Trabalho de gabinete para elaboração das propostas;
r) Indicar os dados necessários à definição do projeto, bem como metodologias de monitoramento da visita a serem utilizadas.	– Pesquisa bibliográfica específica.

Para o trabalho de campo no município de Santa do Purus e entrevistas em Rio Branco, a consultoria organizou em conjunto com a SEMA/AC e SOS Amazônia uma agenda para o período conforme disposto na tabela 2. A princípio a consultoria seria acompanhada pelo chefe da UC, porém na impossibilidade do Sr. Jesus participar desta etapa, a bióloga Jakeline Pinheiro, servidora lotada no PEC participou ativamente de toda a segunda fase de campo, assim como auxiliou na coleta de dados em Manoel Urbano.

Tabela 2. Entrevistas realizadas na segunda viagem de campo – Rio Branco e Santa Rosa do Purus (SRP).

Atividade	Objetivo
Entrevista com o Sr. René, piloto da Radial Táxi Aéreo	Obter informações sobre o acesso aéreo ao PEC e funcionamento da empresa prestadora de serviços na região.
Entrevista com Tenente Ayslan, Exército do Brasil	Obter informações sobre as atividades referentes a segurança, ameaças, acessos ao PEC e atividades do Exército na região.
Entrevista com o Sr. Eliseu Ribeiro Veríssimo, Secretário de Educação de SRP.	Obter informações sobre a questão da educação e infraestrutura de SRP; recursos humanos para apoiar atividades de turismo na região, possibilidades de treinamentos específicos.
Entrevista com a Sra. Maria Inês da Rocha, Secretária de Obras de SRP	Obter informações sobre as ações do município em termos de infra-estrutura; coletar dados sobre a pousada de sua propriedade.
Entrevista com o Sr. José Domingos, Vice-prefeito de SRP	Obter informações sobre as propostas do município em termos de infra-estrutura; obter dados sobre o artesanato indígena local.
Entrevista com o Sr. Júlio, Secretário de Meio Ambiente de SRP	Obter informações sobre a questão ambiental de SRP; informações sobre o PEC e a trilha de acesso ao parque por SRP.
Entrevista com o Sr. Roques de Carvalho	Obter dados sobre a Pousada Floresta
Entrevista com a Sra. Francisca	Obter dados sobre o Restaurante L
Entrevista com o Sr. Alex (Ali)	Conhecer o trabalho de artesanato
Entrevista com o Sr. Andrade	Obter dados sobre a Pizzaria Andrade
Visita ao Projeto de Assentamento	Conhecer a trilha de acesso ao PEC
Entrevista com a Sra. Elisete Silva Machado,	Conhecer projetos atuais e as potencialidades futuras na área

Diretora de Educação Profissional, SENAC/AC	de capacitação voltadas para a área de turismo no AC.
Entrevista com a Sra. Edisa Pinheiro de Melo, Chefe da Divisão de Gestão da Indústria, Serviços e Circuitos Turísticos Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (SETUL)	Conhecer ações atuais e propostas futuras para o turismo; buscar informações sobre os roteiros que estão sendo oferecidos no estado e dados técnicos sobre a atividade turística.
Entrevista com a Sra. Marilene Oliveira, Kampa Viagens e Turismo	Conhecer os roteiros relacionados à áreas naturais que estão sendo oferecidos no estado, desafios e oportunidades de ecoturismo do AC e potencialidades do PEC.
Participação no evento <i>Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia Legal Brasileira</i> ;	Obter dados técnicos recentes sobre o PROECOTUR na Amazônia; Conversar com o Superintendente Regional do Banco da Amazônia, Sr. Marivaldo Gonçalves de Melo sobre as possibilidades de financiamento para moradores locais de baixa renda; Conversar com o Sr. Allan Milhomens, coordenador geral do Programa Nacional de Ecoturismo PROECOTUR/MMA, sobre as atividades do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal; Conversar com a Sra. Daniela, uma das técnicas que elaborou o documento apresentado no evento; Obter informações sobre as ações e propostas de ecoturismo no Acre.
Entrevista com o Sr. Edgard de Deus	Ex-secretário estadual de meio ambiente do AC, que atuou na criação da UC.
Entrevista com o Sr. Clóvis Pereira Gonçalves Júnior, Assessor técnico do SEBRAE	Obter informações sobre os projetos de apoio às cooperativas de artesanato.
Entrevista complementar com a Eng. Florestal Cristina Lacerda, funcionária do IMAC	Complementação de informações sobre as possibilidades de Uso Público no PEC.
Entrevista complementar com a bióloga, Sílvia Brilhante, SOS Amazônia	Complementação de informações e definição de próximos passos do trabalho.
Entrevista com o Sr. João Bosco Nunez, diretor da Maanain Amazônia, empresa de turismo e viagens	Conhecer os roteiros que estão sendo oferecidos pela empresa às áreas naturais, desafios e potencialidades de ecoturismo no PEC.
Entrevista com o Sr. Assis Walter, gerente executivo da agência de viagens Serra's Turismo	Conhecer os roteiros relacionados às áreas naturais que estão sendo oferecidos no estado, desafios e oportunidades de ecoturismo no AC e potencialidades do PEC.

Com o objetivo de orientar as entrevistas e facilitar a ordenação dos dados, foram adaptados os questionários do Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (WWF, 2005), os quais se encontram no anexo 1 deste documento. Porém, os questionários foram utilizados mais como uma orientação no decorrer da entrevista do que visando uma possibilidade de criação de um banco de dados, uma vez que os estabelecimentos comerciais são em número reduzido no entorno do PEC e os principais atrativos foram identificados pelos pesquisadores da AER.

Os dados foram analisados utilizando-se uma adaptação do método da Organização Mundial do Turismo (OMT) e Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR) para a hierarquização de atrativos turísticos - descrita em Ministério do Turismo (2007). A aplicação desse método tem como objetivo avaliar a importância dos atrativos identificados para inclusão em um roteiro turístico. Em primeiro lugar, avalia-se o potencial de atratividade do elemento conforme as características, peculiaridades e o interesse que pode despertar nos

turistas. A seguir estabelece-se uma ordem quantitativa para o desenvolvimento desse potencial para o turismo e atribui-se um valor quantitativo às suas características (tabela 3).

Tabela 3. Quadro de desenvolvimento do potencial de um atrativo turístico.

3 (alto)	É todo atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.
2 (médio)	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este.
1 (baixo)	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).
0 (nenhum)	Atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico, como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.

Posteriormente, foram avaliados os aspectos que auxiliaram na definição dessa hierarquia. Esse critério permite classificar cada atrativo de acordo com uma escala preestabelecida (tabela 4), fornecendo subsídios para a diferenciação objetiva das características e dos graus de importância de cada atrativo.

- Grau de uso atual: permite analisar o atual volume de fluxo turístico efetivo e sua importância para o município. Difere do grau de interesse por representar a situação atual, em vez da potencial. Um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva.
- Representatividade: fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário.
- Apoio local e comunitário: a partir da opinião dos líderes comunitários, deve-se analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público.
- Estado de conservação da paisagem circundante: verificar (por observação *in loco*) o estado de conservação da paisagem que circunda o atrativo. Neste item é analisado o ambiente do atrativo.
- Infra-estrutura: verificar, *in loco*, se existe infra-estrutura disponível no atrativo e o seu estado.
- Acesso: verificar as vias de acesso existentes e suas condições de uso.

De acordo com as especificações apresentadas, foi preenchida uma tabela de hierarquização (veja tabela 8), com o objetivo de aferir os valores para cada item dos atrativos avaliados. Os pontos obtidos foram somados e foi definido o *ranking* de atrativos. Quanto maior o número de pontos de determinado atrativo, maior sua importância e potencialidade para ser incluído em roteiros regionais, e neste caso, desenvolvidos programas específicos para o plano de manejo.

Tabela 4. Quadro de critérios para hierarquização de atrativos.

Critérios		Valores			
		0	1	2	3
Potencial de atratividade (a)		Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Hierarquia	Grau de uso atual (b)	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Grande fluxo
	Representatividade (c)	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
	Apoio local e comunitário (d)	Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
	Estado de conservação da paisagem circundante (e)	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Infra-estrutura (f)	Inexistente	Existente, porém em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias	Existente e em ótimas condições
	Acesso (g)	Inexistente	Em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias	Em ótimas condições

2 Resultados

2.1 Turismo na Amazônia

O Brasil foi escolhido como o melhor destino de Turismo de Aventura do mundo, e *está apto a receber aventureiros e apaixonados por esportes radicais em 2009*. Esta é a opinião dos editores da revista *National Geographic Adventure*, com mais de 2,4 milhões de leitores no mundo, que chegou às bancas nos Estados Unidos e Canadá no início de dezembro de 2008. Segundo Brian Kinkade, um dos diretores da revista, o Brasil foi selecionado por suas consistentes melhoras na infra-estrutura, que conta com transporte facilitado para o coração da Amazônia, a vida selvagem do Pantanal e outros incontáveis lugares escondidos entre praias de areia branca.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), a indústria de turismo de aventura é responsável por quatro milhões de turistas (entre brasileiros e estrangeiros) no Brasil, representando um faturamento médio anual que deve superar R\$ 490 milhões neste ano. O mercado já conta com aproximadamente 1,5 mil empresas espalhadas nos principais pólos de aventura do país. Estima-se que o turismo de aventura apresente um crescimento entre 15% e 20% ao ano. De acordo com um estudo realizado pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) para a Embratur, sobre a demanda turística internacional, 19,5% dos turistas estrangeiros que visitaram o país com motivação de lazer em 2006 disseram ter escolhido o Brasil pela *Natureza, Ecoturismo ou Aventura*³.

Durante o evento do PROECOTUR em Rio Branco em novembro de 2008, foram apresentados os dados de uma pesquisa (sumário executivo), denominada *Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia Legal Brasileira*, a qual constitui-se em uma base de dados atualizada, confiável e consistente sobre turismo na Amazônia, e desta forma foi utilizada neste relatório para embasar as análises referentes ao potencial e a demanda para ecoturismo, em uma comparação com a região do Chandless.

Em relação ao mercado internacional, os principais países emissores, considerados como prioritários para a região amazônica são: Argentina, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Portugal, Japão e China. Cinquenta e dois por cento (52%) dos turistas que efetivamente visitaram a América do Sul em 2005 demonstraram um alto

³ <http://www.abeta.com.br/pt-br/>, acessado em 21 de dezembro de 2008.

potencial em conhecer a Amazônia. Os viajantes buscam, predominantemente, lazer (60%), negócios (18%) e motivos diversos (22%), e constituem-se de um público jovem, entre 15 e 34 anos – 50% no caso de europeus e norte americanos; 57% no caso dos asiáticos –, economicamente ativos, com níveis de educação e renda altos, residentes em ambientes urbanos e sem filhos (MMA/SEDR/DRS/PROECOTUR, 2008).

A demanda potencial do mercado internacional, embora considerada grande, encontra-se reprimida devido, principalmente, às fragilidades da oferta e da pouca divulgação e informação disponível. As características das atividades mais procuradas pelos turistas não são sofisticadas e vão de encontro com o potencial da Amazônia, em especial do Acre, a saber:

- devem envolver aventura (branda) na floresta,
- relacionam-se à observação da fauna e da flora,
- incursões por trilhas na mata,
- passeios de barco pelos rios e igarapés,
- vivências em comunidades tradicionais,
- visita às aldeia indígenas.

Considerando a diversidade de paisagens, o mercado indica que não há destino comparável à Amazônia no mundo, entretanto o Brasil carece de infra-estrutura básica e turística para se tornar um destino competitivo frente à concorrência com países da África e das Américas do Sul e Central, especialmente Costa Rica, Equador e o vizinho Peru (MMA/SEDR/DRS/PROECOTUR, 2008). Esta é uma realidade marcante no Acre. A distância eleva os custos totais das viagens à região, fator crítico para a vinda de turistas estrangeiros – e também os sul brasileiros – para a Amazônia; a oferta de assentos nas aeronaves e rotas é ainda insuficiente, bem como é excessivo número de escalas e conexões.

Quando analisada a demanda internacional, constantemente, são apontados como concorrentes, o Peru, Equador, Venezuela e Costa Rica. Entre os interesses diversos dos turistas destacam-se *excursões que incluam os grandes projetos amazônicos e o uso sustentável do rio* (chineses, japoneses, italianos e argentinos); a *participação para ajudar a salvar a Amazônia* (japoneses e franceses); além da *convivência harmoniosa com a natureza e acomodações com tecnologias ambientalmente corretas* (alemães, canadenses, franceses e ingleses). Dentre os interesses mais citados pelos turistas internacionais, destacam-se:

- experiências com a comunidade,
- experiências com a natureza,
- barco hotel,
- cruzeiros,
- unidades de conservação, e
- patrimônio histórico-cultural.

Apesar do fascinante potencial a Amazônia ainda não tem posição de destaque no mercado nacional – considerando-se os principais pólos emissores do país –, e este fato relaciona-se a fatores como a duração da viagem, distância, custos totais, escassez de infra-estrutura e a imagem desejada pelo turista doméstico. O mercado inter-regional está atrelado aos atrativos histórico-culturais das capitais e a floresta no seu entorno, quase sempre relacionado à oferta

de hotéis de selva e cruzeiros fluviais. O mercado regional dá destaque para as praias de mar e rio e outras motivações. Ainda segundo o estudo do PROECOTUR, é importante frisar que os elementos culturais com grande poder de atratividade, tais como cultura indígena, moradores locais, gastronomia, arqueologia, festas tradicionais e artesanato, tem maior potencial quando utilizados de forma complementar à oferta de atrativos naturais.

Embora a Amazônia apresente uma importante oferta de atrativos ecoturísticos, menos de 2% do total das viagens domésticas são realizadas com esta motivação, sendo a *visita a amigos e parentes* e *sol e praia* a preferência nacional (tabela 5). Os aspectos desfavoráveis desta situação em termos de atração de turistas, fazem com que toda a região receba apenas 4,8% do fluxo turístico doméstico, do total de 6,6 milhões de viajantes. Considerando apenas os fluxos com motivação de lazer, esse número é ainda menos representativo, chegando a 2,3% (MMA/SEDR/DRS/ PROECOTUR, 2008).

Tabela 5. Potencial turístico da oferta de elementos atrativos da Amazônia Legal, por categoria de motivação.

Ordem do Potencial Turístico	Categoria de Motivação
1	Ecoturismo
2	Turismo cultural, eventos de lazer
3	Negócios e outros compromissos sol e praia
4	Visita a amigos e parentes

O documento elaborado pelo MMA/SEDR/DRS/PROECOTUR (2008) analisa a oferta, e conclui que apesar de rico e expressivo, o conjunto de atrativos da Amazônia Legal ainda é subutilizado e necessita investimentos para reduzir gargalos de infra-estrutura de apoio ao setor, para atender a demanda, principalmente a internacional (tabela 6). A grande maioria destes gargalos se aplica e se acentua na região do Chandless, e devem ser minimizados futuramente se a implantação de atividades de visitação no parque for a opção dos gestores.

Tabela 6. Análise dos gargalos na infra-estrutura da Amazônia Legal e a realidade da região do Chandless (Modificada de MMA/SEDR/DRS/PROECOTUR, 2008).

Serviços e Infra-estruturas	Amazônia	Região do Chandless
Serviços e equipamentos de alimentação	Os empresários tem dificuldades de acesso às linhas de financiamento para implementação e/ou modernização de seus estabelecimentos;	Constatado na região.
	A riqueza da culinária regional contrasta com os problemas relacionados às questões sanitárias das instalações, higiene e manipulação de alimentos, qualidade no atendimento ao cliente, em especial visitantes estrangeiros;	Falta uma culinária típica da região. Questões sanitárias, higiene e manipulação de alimentos constatada na maior parte dos locais visitados.
	Reduzida oferta de equipamentos e serviços de alimentação fora das capitais, onde se concentra grande parte da oferta turística;	Constatado na região.
	O cadastramento incipiente dos equipamentos impede o conhecimento do que existe de fato e dificulta os processos de fiscalização e controle necessários;	Fator não analisado.

Serviços e equipamentos de agenciamento	Baixa oferta e qualificação no serviço receptivo.	Não existe receptivo na região.
	As agências de viagens desconhecem os sítios arqueológicos e paleontológicos existentes, embora representem um potencial complementar da oferta turística principal, podendo aumentar a permanência média dos turistas.	Constatado na região.
	A operação de receptivo e roteiros oferecidos por agências brasileiras devem trabalhar melhor os recursos naturais e culturais.	As agências entrevistadas em Rio Branco trabalham adequadamente os recursos naturais e culturais, mas não conhecem o PEC.
Serviços e equipamentos de hospedagem	Predominância de empresas de micro e pequeno porte, com investimentos realizados sem fundamentos empresariais e com pouco conhecimento dos ramos de atuação, dificuldade de acesso a linhas de financiamento e desconhecimento de incentivos fiscais.	Constatado na região.
	A maioria dos profissionais ingressa no ramo de hospedagem sem formação especializada, sem visão empresarial quanto a importância da necessidade de reciclagem dos seus profissionais.	Constatado na região.
	Baixa oferta e qualificação nos serviços de hospedagem em todos os níveis de operação.	Constatado na região.
Serviços e equipamentos de transportes	Intermodalidade de transporte na Amazônia Legal, essencial para a prática do turismo é extremamente complexa e exige esforços para a sua consolidação.	Constatado na região. Os meios de transporte para o PEC são precários.
	Apesar da existência de transporte rodoviário, ele não se adequa às exigências da atividade turística em razão da má conservação das estradas.	Constatado na região. Estrada até Manoel Urbano não é pavimentada e na época das chuvas não é trafegável.
	Grande número de rios navegáveis para atender o deslocamento de turistas, porém os atracadouros e portos estão em estado precário ou não são equipados para as atividades turísticas.	Atracadouros em estado precário em SRP e inexistentes no PEC.
	A questão da sazonalidade das chuvas deve ser considerada na programação das atividades turísticas, uma vez que grande parte do transporte de carga e passageiros na Amazônia é realizado por via fluvial.	Constatado na região. Na época da seca, quando é bom para avistar fauna, os trajetos de barco se tornam extremamente demorados, em alguns pontos até inacessível.
	Novos Terminais Turísticos Fluviais devem ser implantados em mais estados da Amazônia.	Constatada necessidade na região.
Infra-estrutura de apoio	Falta de equipamentos de saúde nas regiões mais remotas do estado amazônico.	Constatada necessidade na região.
	Precariedade das condições de saneamento básico. Falta de tratamento da água para consumo, sistemas de esgotos praticamente inexistentes, lixo não tratado e drenagem insuficiente.	A água é tratada em SRP, porém o sistema de esgoto é precário. Falta aterro sanitário e programas de separação, reciclagem e compostagem.
	Conhecimentos tradicionais da região não utilizados nos tratamentos e não incorporados à medicina tradicional, como forma de valorização dos costumes e tradições.	Fator não analisado.

2.2 Turismo no Acre

Os dados de turismo obtidos com a SETUL indicam uma visitação ainda incipiente, comparada a outros estados amazônicos e ao número de turistas estrangeiros que visitam o Brasil (figura 2). Em 2005, o Brasil recebeu cerca de 6,8 milhões de passageiros de vôos internacionais, incluindo brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros, valor superior em 10,52% ao total dos desembarques no período de 2004 (6,1 milhões). Segundo os dados obtidos na SETUL, o Acre recebeu, no mesmo ano 6.763 turistas estrangeiros, o que corresponde a cerca de 0,10% do total.

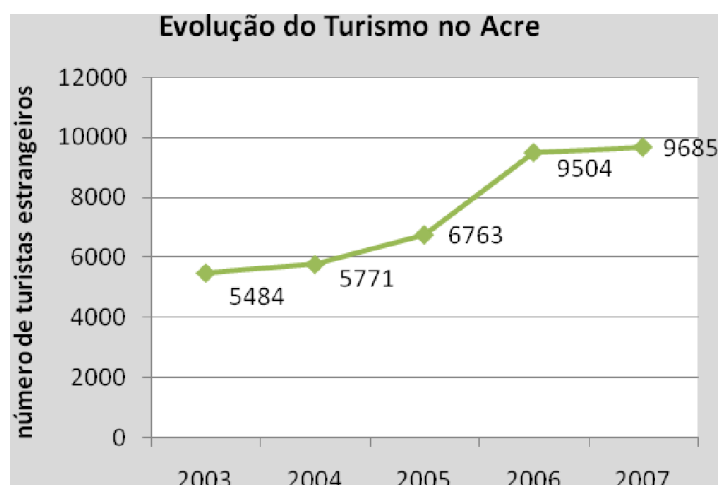


Figura 2. Linha evolutiva do turismo no Acre em relação ao número de visitantes estrangeiros.

Os dados obtidos com a SETUL indicam que Estado do Acre, é o portão de saída para os países andinos e, com a abertura da Estrada do Pacífico ou *Carretera Interoceánica* há uma tendência para o incremento do volume de turistas, assim como o fluxo contrário poderá se consolidar, configurando o estado como o corredor turístico para o Pacífico. A *Carretera Interoceánica*, prevista para ser inaugurada em meados de 2010, tem a promessa de trazer desenvolvimento e crescimento econômico para a região.

O número de turistas estrangeiros que visitou o estado em 2006 foi 3.084, sendo a grande maioria sul-americanos (figura 3).

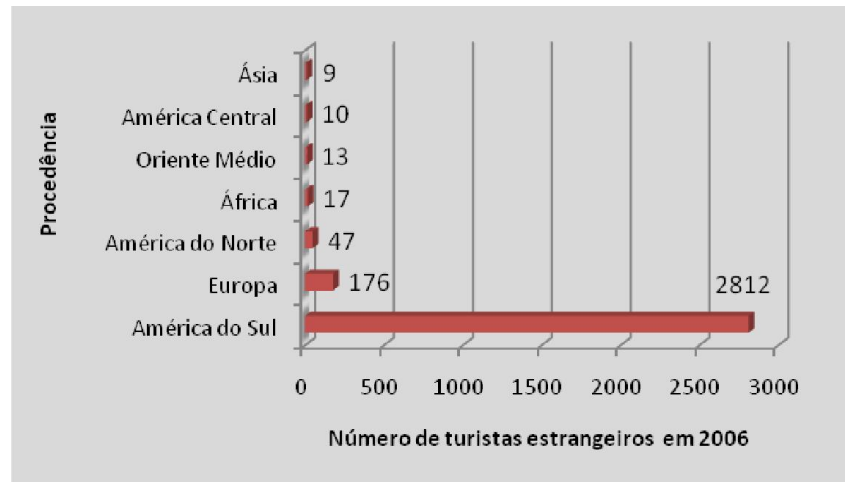


Figura 3. Procedência de turistas estrangeiros que visitaram o Acre em 2006 (Fonte: Polícia Federal).

Focando os turistas sul-americanos, os dados da SETUL indicam que cerca de 88% são provenientes do Peru. O número de bolivianos que entram no Brasil pelo Acre é muito baixo, demonstrando uma clara diferença na entrada de visitantes destes dois países de fronteira, provavelmente causada pela utilização do comércio brasileiro pelos peruanos. Excetuando o Peru, os argentinos e colombianos foram os sul-americanos que mais visitaram o país em 2006 (figura 4).

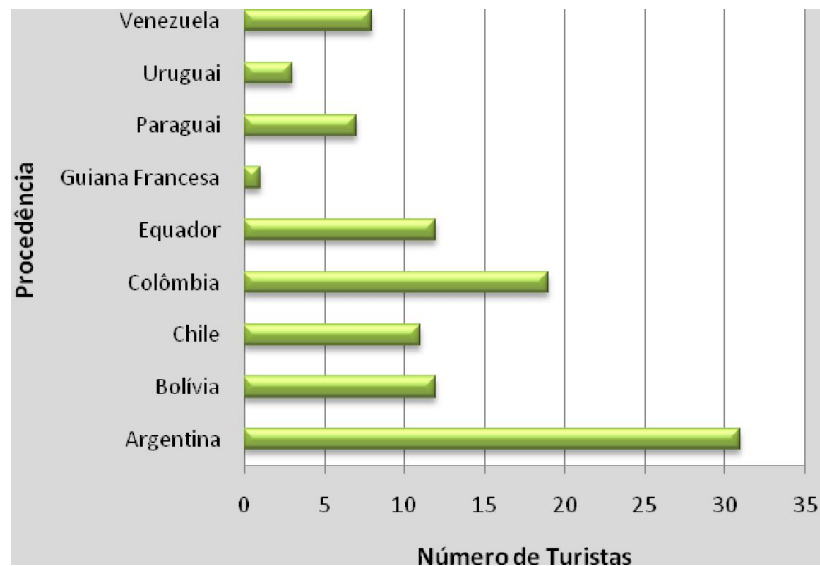


Figura 4. Quantidade de turistas sul-americanos que visitaram o Acre em 2006, excetuando aqueles provenientes do Peru.

Em relação aos turistas europeus, o volume de visitação em 2006 é muito baixo (176), segundo os dados da SETUL, evidenciando França, Alemanha, Espanha e Reino Unido como os países que mais emitiram turistas para o Acre neste ano (figura 5).

Ainda que em número muito baixo, vale registrar que do continente norte-americano, os Estados Unidos foi o país que mais emitiu turistas ao Acre (31) – o mesmo número de franceses –, seguido pelo México (14) e um número insignificante de canadenses (2).

De acordo com as entrevistas realizadas com funcionários públicos e profissionais da área em Rio Branco, o panorama do turismo no estado tem uma tendência de se modificar nos próximos anos, e os envolvidos no setor estão confiantes. O governo do Acre está apostando no setor do turismo como uma grande possibilidade de geração de riqueza e trabalho com valorização cultural e ambiental e, segundo informações obtidas nas entrevistas – posteriormente corroboradas no *site* do governo do estado – até 2010, apenas em programas de fortalecimento do setor, serão investidos R\$ 46 milhões, sendo que parte desses recursos já está assegurada⁴.

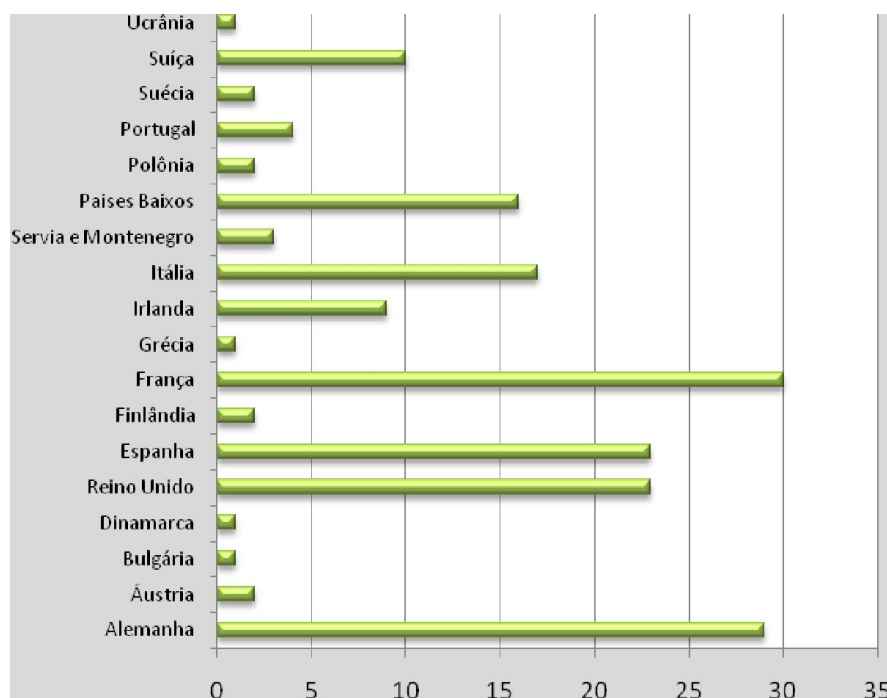


Figura 5. Procedência de turistas europeus que visitaram o Acre em 2006 (Fonte: Polícia Federal).

Existe um grande esforço coletivo de vários setores para alavancar o turismo consolidando um cenário positivo que pode refletir. Atualmente, quatro rotas estão sendo promovidas pelo governo:

⁴ <http://www.ac.gov.br>, acessado em 18/12/2008

- Caminhos do Pacífico: através da BR 317 o turista aproveita as belezas e paisagens desde Rio Branco até Assis Brasil na tríplice fronteira (Brasil, Bolívia, Peru) de onde segue ao território peruano até Cusco e o Oceano Pacífico. O Pacífico está a 1900 km de distância de Rio Branco pela *Carretera Interoceânica*. No meio do caminho está a cidade de Cusco, onde se localizam as ruínas de Machu Picchu. Todo o trajeto brasileiro já está pavimentado, faltando apenas uma parte no lado peruano.
- Caminhos de Chico Mendes (Xapuri): explora os seringais e o modo de vida das comunidades baseado no manejo sustentável dos recursos da floresta. Inclui os municípios de Senador Guiomard, Capixaba (ambos próximos de Rio Branco) e Xapuri (distante 188 Km de Rio Branco) onde nasceu Chico Mendes.
- Caminhos da Revolução (Porto Acre): inclui locais que foram cenário dos principais combates da revolução, na qual os acreanos lutaram para incorporar suas terras ao Brasil. Porto Acre, fundado por bolivianos no fim do século XIX, é o mais importante município histórico do estado. O cenário construído pela minissérie *Amazônia*, no Quixadá, acelerou a procura do local por turistas e para a reurbanização e recuperação das fachadas das casas de Porto Acre, onde a revolução foi vencida com a deposição das armas pelo exército boliviano. O município Plácido de Castro investe na criação de pratos regionais e para transformar seu “parque ecológico” em produto turístico.
- Caminhos das Aldeias (Vale do Juruá): neste trajeto o principal atrativo é a biodiversidade e a cultura indígena. Inclui o Parque Nacional da Serra do Divisor e as terras de 14 etnias indígenas. O Parque Nacional da Serra do Divisor, constituído de extraordinários atrativos naturais e grande potencial turístico, já tem o seu plano de manejo, assim como o de uso público consolidado, mas ainda não está aberto à visitação. Porém, os moradores do Parque e entorno fazem caminhadas, passeios de barco, contemplação da flora e fauna e tomam banhos de rio e cachoeira.

A possibilidade de agregar o Chandless a uma destas rotas é ainda remota, por conta da localização do PEC e da falta de infra-estrutura.

O calendário de eventos no Acre conta com o Festival do Tambaqui, na capital, Festival da Castanha em Brasiléia, Festival da Macaxeira em Epitaciolândia e o Festival da Galinha Caipira em Xapuri. Em outubro deste ano foi realizado os I Jogos da Celebração e V Encontro de Culturas Indígenas do Acre, na Aldeia Barão, Terra Indígena Puyunawa em Mâncio Lima atraindo um grande número de turistas.

2.3 Potencial do PEC para Uso Público

2.3.1 Infra-estrutura Regional

a) Acessos

Os acessos ao PEC são o principal desafio para a implantação de atividades de uso público, em especial ecoturismo e educação ambiental. Conforme consta no documento *Peça de Criação Unidade de Proteção Integral, Chandless – Gleba 9* (SECTMA/WWF/SOS Amazônia, 2001), o acesso partindo-se de Rio Branco, é realizado através do município de Manoel Urbano ou de Santa Rosa do Purus, e em ambos os casos é necessária a utilização de diferentes modalidades de transporte, nos diversos trechos.

Rio Branco até Manoel Urbano

Terrestre – Através da BR 364, que é pavimentada no trecho de 145 km que liga Rio Branco a Sena Madureira, sendo trafegável durante todo o ano. De Sena Madureira a Manoel Urbano são 74 km, mas a estrada não está pavimentada, sendo trafegável apenas durante o período de maio a outubro (verão no Acre), isolando a cidade, por esta via, durante o período de novembro a abril (inverno no Acre). A viagem de Rio Branco até Manoel Urbano dura em média 4 horas, porém, quando as condições da estrada não estão boas, pode levar até 6 horas de viagem.

Aérea – Em avião bimotor o voo dura aproximadamente 40 minutos (figuras 6 e 7).

Rio Branco até Santa Rosa do Purus

Aérea – Somente por esta via porque Santa Rosa não possui ligação terrestre com outras cidades da região. Em avião bimotor a viagem dura aproximadamente uma hora. Durante a execução dos trabalhos foi citada a possibilidade da construção de uma estrada de Manoel Urbano até Santa Rosa do Purus, mas não existe nenhuma confirmação (figuras 6 e 7).

Manoel Urbano, ou Santa Rosa do Purus até a foz do rio Chandless

Fluvial – É feita através do rio Purus que é o principal canal de drenagem da região. É uma viagem difícil, conforme descreve o documento da peça de criação do PEC (SECTMA/WWF/SOS Amazônia, 2001):

O trecho Manoel Urbano/Foz do Chambuiaco (fronteira com o Peru) possui uma extensão de 345 km. A sua profundidade mínima no período das cheias (dezembro a maio) é superior a 2,10 m, no período seco (junho a dezembro) pode se reduzir a 1,0 m. A sua declividade é de 14,0 cm/km, e o seu curso extremamente sinuoso (ZEE-2000). Este trecho do rio permite a navegação de embarcações de diferentes calados e capacidades. Nas cheias, segundo os moradores da região, é possível a navegação de barcos grandes, com capacidade de até 50 toneladas. No período seco, em alguns trechos do rio só é possível a navegação de pequenos barcos, com capacidade de até 12 toneladas. Existem muitos troncos de árvores flutuando na correnteza, que em alguns lugares se acumulam formando algo conhecido regionalmente como balseiro o que provoca a obstrução destes

trechos. É freqüente ainda, a formação de bancos de areia no meio do rio. Estes fatos tornam as viagens realizadas no período seco, demoradas e bastante perigosas. A viagem de Manoel Urbano até a Foz do Chandless, durante o verão, dura em média 6 horas, em voadeira, mas dependendo do tipo da embarcação pode durar vários dias. De Santa Rosa à foz do Chandless leva-se um dia em voadeira, e até uma semana em outros tipos de embarcação. No período chuvoso esses tempos são reduzidos. Da Foz do Chandless até a Gleba 9, atualmente, o único meio de transporte possível é via fluvial, através do rio Chandless. Neste trecho as condições de navegação durante o período de estiagem são bem mais difíceis que pelo rio Purus, pois o Chandless possui menor volume de água, o que só permite a navegação de pequenas canoas com motor. Estando a navegação de voadeiras e batelões restrita ao período das cheias. O percurso entre a Foz e a moradia mais distante do rio Chandless (Fazenda Reentregue) pode ser realizado no prazo de 3 dias a uma semana. No período das cheias é possível realizar este mesmo percurso em menos de um dia. Durante a estiagem, à medida que se vai à montante do rio as dificuldades de navegação aumentam pois existem muitos balseiros e bancos de areia no seu leito, o que impede a passagem dos barcos com motor. Neste período a população realiza suas viagens com auxílio de varejão⁵. Outra dificuldade é a distância entre as moradias, sendo a distância entre algumas cerca de um dia de viagem, o que obriga o viajante a montar acampamentos nas praias para o pernoite.

Santa Rosa ou Manoel Urbano até o PEC (Fazenda Jussara)

Aérea – é possível chegar ao PEC por via aérea pousando na Fazenda Jussara (norte de PEC, quase na divisa com a TI Alto Purus) ou na localidade Reentregue (mais próximo ao coração do PEC) em vôo fretado. São pistas desativadas, sem manutenção e sem registro da Infraero. Durante a AER a pista da Jussara foi roçada e utilizada pelos pesquisadores.

Santa Rosa do Purus/Projeto de Assentamento até o PEC

Terrestre – Realizado através do Ramal, denominado “espigão” pelo pessoal local, que construído para acessar o Projeto de Assentamento de Santa Rosa. O ramal apresenta cerca de 27 km no total, ficando a pouco menos de 3 Km do limite da área do parque. As condições do piso do ramal são muito ruins em dias de chuva, impossibilitando a passagem até de veículos 4X4.

Na prática um visitante partindo de automóvel de Rio Branco até Manoel Urbano pode levar até 6 horas de viagem; é necessário pernoitar em Manuel Urbano para seguir viagem de barco no dia seguinte. De barco rápido do tipo voadeira (cerca de R\$150,00/dia) até o PEC, leva-se cerca de 8 horas de viagem, e de barco lento do tipo batelão (cerca de R\$100,00/dia) são 3 dias de viagem pelos rios sinuosos da região (figura 8 e 9). Portanto, considerando-se boas condições climáticas, utilizando-se a combinação via terrestre/aquática o visitante levaria 4 dias para chegar ao parque, sendo restrito ao período de maio a outubro.

Os desafios também são presentes na combinação aérea/fluvial. Os trajetos aéreos de Rio Branco/Manoel Urbano ou Rio Branco/Santa Rosa do Purus são realizados por duas companhias, Radial Táxi Aéreo e Ortiz. A Radial possui quatro aviões bimotores, sendo três do modelo Sêneca 2 e um do modelo Sêneca 3, ambos para seis passageiros. Oferece vôos para

⁵ Longa vara, utilizada para desviar obstáculos e facilitar a mobilidade da embarcação.

Santa Rosa e Manuel Urbano, duas vezes por semana, ou através de fretamento se todos os assentos forem vendidos. O custo do trajeto Rio Branco/Santa Rosa é de R\$300,00/pessoa ou R\$1.500,00 o fretamento. A Ortiz está sendo subsidiada pelo governo estadual para oferecer uma opção mais barata de transporte aos moradores locais, e a princípio oferece apenas um vôo semanal a R\$ 150,00/pessoa cada trajeto. O Exército brasileiro faz a manutenção da pista de pouso de Santa Rosa que não é pavimentada, mas existe uma proposta, já antiga, para pavimentação, inclusive o maquinário para a execução do trabalho já se encontra no local.

Recomendações: Investimentos na infra-estrutura e equipamentos (barcos de transporte de passageiros e de carga, embarcadouros) de forma a fornecer serviços de transporte hidroviário seguros e com padrões de qualidade são essenciais para melhorar a qualidade de vida da população e para desenvolver o ecoturismo na região. Melhorias no ramal “espigão” são necessárias para propiciar o acesso ao parque, através de Santa Rosa do Purus. Parcerias do governo com as companhias aéreas são necessárias para aumentar a oferta de aeronaves pequenas para SRP e Manoel Urbano. Serviço de receptivo (vans ou similares) em SRP será uma necessidade na implantação do ecoturismo. Realizar treinamentos para qualificação dos barqueiros e capacitação para a busca de linhas de financiamento e incentivos fiscais, em parceria com outros empreendimentos dos municípios do entorno são essenciais. Outros treinamentos específicos para empreendimentos de ecoturismo, nos moldes do “Melhores Práticas para Ecoturismo” (Funbio, 2004) são altamente recomendados. O governo do Acre através da SETUL possui parceria com o SEBRAE para realização de treinamentos na área de turismo. Elaborar programa de incentivo para desenvolvimento de infra-estruturas para o ecoturismo de base comunitária, como por exemplo uma *cooperativa de barqueiros*. Analisar a possibilidade da implantação de barcos-hotéis para atuação na região e de serviços de lanchas rápidas, como as do tipo AJATO⁶ por exemplo, conforme são oferecidos em outras localidades da Amazônia.



Figura 6. Pista sem pavimentação em SRP
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 7. Aeronave da Radial
(Foto: Jakeline Pinheiro)

⁶ A empresa de Lanchas AJATO utiliza embarcações rápidas e confortáveis, as quais fazem o percurso Santarém/Manaus/Santarém. Informações em Santarém 093 91847134, em Óbidos (093) 547-1693, em Manaus (092) 99849091/99828170/622-6047.



Figura 8. Batelão (autor desconhecido)



Figura 9. Aspecto sinuoso dos rios locais (autor desconhecido)



Figura 10. Ramal de acesso ao novo loteamento, ao assentamento e ao PEC (Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 11. Situação do ramal de acesso ao PA, após chuva (Foto: Jakeline Pinheiro)

b) Infra-estrutura básica de Santa Rosa do Purus

Nesta abordagem inicial foi considerada a infra-estrutura do município de SRP devido a proximidade desta sede com o limite do PEC. As informações que se seguem sobre a infra-estrutura de SRP foram resumidas do relatório de campo elaborado por Jakeline Pinheiro para subsidiar o plano de manejo do PEC.

- SRP é um pequeno município, com cerca de 3.400 habitantes, às margens do rio Purus, na divisa com o Peru (figuras 12 a 33).
- A água é tratada e distribuída pelo DEAS (figura 29).
- Não possui rede de esgoto, o qual é destinado para fossas sépticas, ou fossas comuns.

- Possui eletricidade 24 horas, gerada através de Diesel (figura 32).
- Conta com serviço de telefonia fixa e móvel e acesso à internet via rádio - Brasil Telecom (figura 30).
- Possui serviço de correios (figura 33).
- Não existe coleta seletiva e nenhum tipo de tratamento do lixo, que é depositado a céu aberto no *ramal do espigão*, a pouco mais que 3 Km da sede do município (figura 18 e 19).
- Não há um tráfego intenso de veículos, a frota do município se resume a apenas 10 carros, sendo que desse total apenas 3 são particulares, os demais são veículos oficiais (órgãos públicos) e uma grande quantidade de motos.
- O comércio local é restrito à pequenos empreendimentos do tipo bazar (figura 20 e 21), nos quais são vendidos mantimentos, roupas, móveis, calçados, eletroeletrônicos e equipamentos agrícolas. O comércio do município recebe suprimentos de Manuel Urbano e Sena Madureira, e esse comércio fomenta uma relação forte com uma vila e uma cidade peruanas (Palestina e Puerto Esperanza).
- Por ser uma cidade de fronteira, tem uma base da Polícia Federal, uma base do Exército e o Centro Integrado de Segurança Pública (figura 31).
- Segundo a Polícia Federal há um grande fluxo de drogas no município, que é usado como porta de entrada para tráfico. Porém, é um município onde a violência não é comum, sendo registrado em seus 16 anos apenas dois homicídios.
- A cidade possui um pequeno hospital, no qual são realizados atendimentos rotineiros ambulatoriais, enfermaria, vacinação, obstetrícia/saúde da mulher (figura 22).
- Há uma unidade de saúde para o atendimento ao indígena - Pólo Base - que funciona como um centro de referência. A atividade do pólo base é complementada por um barco-hospital que promove o atendimento ao longo do rio Purus (figura 23). O barco leva às comunidades ribeirinhas o atendimento básico, com médico, enfermeiro, auxiliar e pessoal de apoio.
- Há no município uma concentração de indígenas das etnias Jaminauwá, Kulina e Kaxinauwá. Segundo informações obtidas no pólo base, mais de 60% da população do município é indígena, e somente na área urbana são mais de 200 indivíduos.
- Não há indústrias ou fábricas no município, apenas algumas iniciativas de subsistência, e a maior parte dos empregos são públicos, a prefeitura tem uma posição assistencialista (figura 26).
- O município depende exclusivamente dos repasses do Governo do Estado não arrecadando recursos próprios para novos investimentos.

- O Projeto de Assentamento constitui-se em um fator de pressão sobre o parque, dada a sua proximidade e as atividades agrícolas e pecuárias que tendem a crescer na área (figura 24).
- Através de uma parceria entre o Governo do Estado, Universidade Federal do Acre e Prefeitura de Santa Rosa do Purus, são oferecidos cursos em nível superior no Centro de Cultura e Florestania (figura 27e 28).



Figura 12. Rio Purus e parte baixa da cidade
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 13. Rio Purus (Foto: Vitória Müller)



Figura 14. Moradias de Santa Rosa do Purus –
(Foto: Vitória Yamada)



Figura 15. Vista aérea de SRP
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 16. Moradias de indígenas em Santa Rosa do Purus – (Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 17. Moradias de indígenas em SRP (Foto: Vitória Müller)



Figura 18. Depósito de lixo a céu aberto em Santa Rosa do Purus (Foto: Jakeline Pinheiro).



Figura 19. Depósito de lixo a céu aberto em SRP (Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 20. Bazar de comércio local (Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 21. Panificadora local (Foto: autor desconhecido)



Figura 22. Hospital local
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 23. Barco hospital que atende comunidades ribeirinhas
(Foto: Vitória Müller)



Figura 24. Ramal de acesso ao novo loteamento, ao assentamento e ao PEC
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 25. Situação do ramal de acesso ao PA, após chuva
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 26. Prefeitura de SRP
(Foto: Vitória Müller)



Figura 27. Centro de Cultura e Florestania
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 28. Escola Estadual modelo padrão do Estado
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 29. Estação de tratamento de água – DEAS
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 30. Unidade da Brasil Telecom
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 31. Centro Integrado de Segurança Pública
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 32. Usina de Energia Elétrica
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 33. Posto dos Correios na "parte baixa" da cidade
(Foto: Jakeline Pinheiro)

c) Meios de Hospedagem

Como o PEC ainda não está estruturado, a possibilidade de um visitante pernoitar na unidade com relativo conforto não é viável a curto prazo, uma vez que as únicas alternativas seriam o uso de barracas ou barco. Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano, cidades que podem servir de apoio em uma possível implantação de atividades turísticas no PEC contam com alguns meios de hospedagem, bastante simples (figura 34 a 37) os quais necessitam de melhorias físicas e operacionais para atender um público diferenciado do que recebem atualmente. O público atual é composto de funcionários públicos e privados a trabalho nos municípios e, no caso de Santa Rosa, esporadicamente turistas estrangeiros provenientes do Peru, de passagem, para embarcar no avião para Rio Branco, ou ainda pessoas atraídas pela pesca (talvez também pela caça) na região. No caso de SRP a situação operacional dos meios de hospedagem é mais crítica, uma vez que todos os insumos vêm de barco ou avião (pequeno) de Sena Madureira ou Rio Branco, inclusive a água mineral.

Recomendações: Investimentos na infra-estrutura e equipamentos de forma a fornecer mais conforto para o turista e a implantação de treinamentos de padrões mínimos de qualidade nos meios de hospedagem são essenciais para incluir estes empreendimentos em roteiros de turismo no futuro. Treinamentos para qualificação gerencial e capacitação para a busca de linhas de financiamento e incentivos fiscais, em parceria com outros empreendimentos dos municípios do entorno são essenciais. Outros treinamentos específicos para empreendimentos de ecoturismo, nos moldes do “Melhores Práticas para Ecoturismo” (Funbio, 2004) são altamente recomendados. O governo do Acre através da SETUL possui parceria com o SEBRAE para realizações de treinamentos na área de turismo. Elaborar programa de incentivo para desenvolvimento de infra-estruturas para o ecoturismo de base comunitária. Os ecolodges⁷ são os meios de hospedagem mais indicados no entorno do PEC.



Figura 34. Corredor de acesso aos apartamentos no Hotel Floresta (Foto: Vitória Müller)



Figura 35. Banheiro dos apartamentos do Hotel Floresta (Foto: Vitória Müller)

⁷ Ecolodge é um meio de hospedagem localizado em áreas remotas, normalmente seguindo a definição de pousada, voltado para um segmento específico, com infra-estrutura rústica e com características típicas da região, respeitando princípios de sustentabilidade ambiental em suas práticas (Funbio,2004) .



Figura 36. Vista do rio Purus da varanda do Hotel Floresta (Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 37. Varanda do Hotel Floresta (Foto: Vitória Müller)

d) Serviços de Alimentação

Em Santa Rosa do Purus existem apenas dois restaurantes em funcionamento.

Restaurante L: É uma edificação com aparência geral boa, que mistura madeira e alvenaria, com telhado de *Brasilit*, anexa a residência da proprietária e pode acomodar até 20 pessoas. A cozinha simples, porém muito limpa e organizada, visível para o público. São servidas refeições caseiras de boa qualidade e café da manhã sob encomenda. Sra. Francisca atende, em geral funcionários públicos que se encontram na cidade a trabalho, mas principalmente moradores locais para almoço e jantar. Atualmente, o restaurante serve de 12 a 15 refeições por dia, a R\$ 8,00 cada. Além da Sra. Francisca, duas pessoas trabalham no local, todos os dias da semana. Quanto ao abastecimento de seu restaurante, os alimentos industrializados e o frango são provenientes de Sena Madureira e Rio Branco. A carne bovina, peixe e pupunha servidos no restaurante são locais. Algumas frutas como laranja, banana, mamão e manga podem ser compradas em SRP, porém verduras praticamente não existem na cidade. Um único sanitário atende fregueses e funcionários, localizado ao lado da cozinha, mas tem uma pia para a higiene das mãos na sala de refeições. A Sra. Francisca, proprietária, pretende reformar em breve seu estabelecimento, alterando a posição da cozinha e construindo mais sanitários (figura 38 e 39). Funciona há 6 anos.

Pizzaria Andrade: De propriedade do Sr. Andrade que atualmente está em atividade no exército. É um estabelecimento grande, de alvenaria, aberto nas laterais, portanto bem ventilado (figura 40 e 41). Serve *pizza* e refrigerante todas as noites e nos sábados e domingos funciona o dia todo. Faz também entrega em domicílio. Vende em média 10 pizzas por noite. Atende pessoal local, funcionários públicos que estão a trabalho na cidade e mesmo alguns turistas (missionários, políticos e pesquisadores) que chegam à cidade. O Sr. Andrade está fazendo melhorias no restaurante, já construiu uma churrasqueira, sanitários estão em obras e ele pretende fechar as laterais. Contato: 68 3615-1182.

Tabela 7. Dados dos principais meios de hospedagem em Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano.

Empreendimento/ Proprietário	Localização/ Contato	Nº de unidades habitacionais/ Valores	Estrutura
Hotel Floresta; Proprietário e gerente: Roques Carvalho	Rua Porfírio Moura, sn; Santa Rosa do Purus; Fone: 68 3615-1028	15 UH; R\$ 60,00/apartamento duplo	Construção de alvenaria; com forro de madeira; 7 UH com ar condicionado, uma cama de casal e uma de solteiro, frigobar e TV; 8 quartos com banheiros coletivos (3), sendo todos com ventilador e dois com ar condicionado; chuveiro frio; limpeza diária na UH; fossa com sumidouro; telefone particular e público; padaria anexa; café da manhã incluído na diária. Empreendimento familiar; 4 funcionários (dois para a panificadora e dois para o hotel)
Hospedaria Rocha; Proprietária e gerente: Maria Inês	Santa Rosa do Purus; Fone: 68 3615-1050 ou 3615-1035	12 UH; R\$ 20,00 por pessoa.	Construção de madeira; telhado de alumínio; sem forro, apenas dois banheiros (masculino e feminino); lavatórios na parte externa dos banheiros; chuveiro frio; ventilador comum; telefone público; UH com uma cama de casal. Funciona nos fundos da residência da proprietária que é a única pessoa que atende a hospedaria. A limpeza diária deve ser solicitada durante à noite; não serve café da manhã.
Hotel Bianca; Proprietário: Valdomiro Nogueira Gerente: Albaniza	Travessa Mariana; Centro; Manoel Urbano Fone: 68 3611-1153	19 UH; R\$ 30,00 (qualquer UH com AC); R\$ 40,00 (4 pessoas na UH ou mais; com AC)	As UH variam em termos de equipamentos: 6 UH com 2 camas de solteiro e com ventilador; 5 UH com 1 cama de solteiro e ventilador; 2 UH com 1 cama de casal com ventilador; 3 UH com 1 cama de casal e 1 cama de solteiro com ventilador; 1 UH de solteiro com AC; 2 UH de casal com AC. Não serve café da manhã; chuveiro frio, sem portaria organizada.
Hotel Tropical Proprietário: Jorge Almeida Gerente: Odete de Souza Silva	Rua Valério Calda Magalhães; Centro; Manoel Urbano; Fone: 68 9977-4952 ou 68 3611-1086	22 UH; Varia de R\$ 20,00 a R\$ 25,00/1 pessoa e R\$ 30,00 a R\$ 35,00/duplo nas UHs com AC e TV; R\$ 15,00 a R\$ 20,00 nos aps. com ventilador	As UH variam em termos de equipamentos: 9 com 2 camas de solteiro com ventilador; 1 UH com 3 camas de solteiro com ventilador; 2 UH com cama de casal com ventilador; 5 UH com AC: 1 UH com 1 cama de casal e 1 de solteiro; 4 UH com 2 camas de solteiro. Não serve café da manhã; chuveiro frio, sem portaria organizada.

Legenda: UH= unidades habitacionais; AC=ar condicionado;



Figura 38. Restaurante L
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 39. Restaurante L
(Foto: Jakeline Pinheiro)

Existe um novo restaurante na cidade de propriedade de um indígena, mas na ocasião ainda não se encontrava em atividade.



Figura 40. Restaurante Andrade
(Foto: Jakeline Pinheiro)



Figura 41. Restaurante Andrade
(Foto: Vitória Müller)

Não existe um prato típico da região, sendo as refeições servidas a base de carne bovina e frango, fritos, servidos com arroz, feijão, farinha de mandioca elaborada à moda acreana. Curiosamente os peixes locais não são servidos comumente, e segundo comentários da Sra. Francisca está cada vez mais difícil de encontrar pirarucu ou filhote para oferecer em seu restaurante. Peixe assado na brasa, sempre procurado por turistas, não é servido em SRP.

Recomendações: Melhorias na infra-estrutura e equipamentos de forma a fornecer mais conforto e segurança para o turista. Treinamentos de padrões mínimos de qualidade nos meios de hospedagem são essenciais para incluir estes empreendimentos em roteiros de turismo no futuro. Treinamentos para qualificação gerencial e capacitação para a busca de linhas de financiamento e incentivos fiscais, em parceria com outros empreendimentos dos municípios do entorno são essenciais. Outros treinamentos específicos para empreendimentos de ecoturismo, nos moldes do Melhores Práticas para Ecoturismo (Funbio, 2004) são altamente recomendados. O governo do Acre através da SETUL possui parceria com o SEBRAE para realizações de

treinamentos na área de turismo. Elaborar programa de incentivo para desenvolvimento de infra-estruturas para o ecoturismo de base comunitária, como por exemplo uma *cozinha comunitária* no entorno do PEC.

e) Artesanato em Santa Rosa do Purus

Não foi identificado um local para a venda de artesanato em SRP, nem indígenas comercializando produtos na cidade. Segundo o Sr. José Domingos, vice-prefeito, é possível fazer a visitas às aldeias próximas para observar a confecção de artesanato, mas a venda ainda não é habitual. A consultoria entrevistou um artesão peruano que está morando em SRP, Sr. Alex (nome artístico Ali). A prefeitura cedeu um galpão para o Sr. Ali trabalhar em seus entalhes de madeira e pedra, os quais são de excelente qualidade (figuras 42 e 43). Embora ele não tenha peças pequenas que possam ser vendidas a turistas, somente a visita ao galpão para conhecer suas peças e observá-lo trabalhando já é um atrativo interessante. O Sr. Ali tem dois ajudantes os quais estão aprendendo a técnica do entalhe, e estaria disposto a dar aulas para pessoas da comunidade que tivessem interesse. Contato: fantomsali_@hotmail.com.



Figura 42. Sr Ali, escultor
(Foto: Vitória Müller)



Figura 43. Escultura "A árvore que chora"
(Foto: Vitória Müller)

2.3.2. Principais Atrativos

a) Beleza cênica

A maioria dos entrevistados que não habita a região do PEC afirma que a unidade não possui beleza cênica suficiente para atrair visitantes. Esta afirmação, proveniente principalmente do pessoal técnico entrevistado, esteve sempre associada à inevitável comparação com o Parque Nacional da Serra do Divisor e a outros parques mundialmente conhecidos, como por exemplo o PN do Iguaçu e o PN de Manu (Peru). Moradores locais julgam que as belezas existem e devem ser exploradas. Além da concorrência com áreas protegidas similares no Peru - onde o

turismo já está organizado -, as quais possuem características ambientais similares, são estruturadas e mundialmente conhecidas, o PEC ainda vai concorrer com o PN da Serra do Divisor, tanto na busca de recursos para implantação do uso público, como futuramente na atração de visitantes.

A “inexistência” de beleza cênica dificulta atividades convencionais para a atração de visitantes, mesmo se tratando de ecoturismo, mas pode ser compensada se houver um projeto de conservação atraente e uma excelente infra-estrutura, apoiando atividades ligadas a um atrativo faunístico excepcional. Os serviços de apoio oferecidos por uma base comunitária também agregam valor.

b) Floresta Amazônica/Biodiversidade

Em linhas gerais, o principal atrativo do PEC é a Floresta Amazônica em si, sua impressionante extensão, a riqueza da biodiversidade e a excepcional malha fluvial, oferecendo ao visitante uma sensação de estar em uma área totalmente natural, como poucos lugares no Brasil. Este é um ponto ao mesmo tempo positivo, no sentido da qualidade do atrativo, e desafiador uma vez que torna a implementação de atividades de ecoturismo mais difícil em termos operacionais, sendo necessário optar por um público específico a curto prazo, e dispor de investimentos consideráveis.

Embora neste atrativo o PEC talvez também tenha uma desvantagem em relação ao PN Serra do Divisor⁸, atualmente *a Floresta Amazônica esta associada à saúde do planeta* e o interesse mundial está voltado para todas as áreas da região amazônica e sua biodiversidade.

Em termo de biodiversidade, o PEC está localizado em uma área de transição bioclimática, a qual se reflete nas cinco principais de tipologias vegetais, sua fauna associada e suas características peculiares, em alguns casos até curiosas, conforme descritas no relatório de vegetação da AER, elaborado para embasar o PM (Ferreira, 2008 b):

1. FORMAÇÕES PIONEIRAS DE INFLUÊNCIA FLUVIAL (FPIFs): Conjunto de formações vegetais pioneiras em diferentes estágios de desenvolvimento, em áreas de ativa deposição aluvial. As FPIFs estão distribuídas ao longo das margens dos rios e grandes igarapés, nas áreas de ativa deposição fluvial.
2. FLORESTA OMBRÓFILA ABERTA DE INFLUÊNCIA ALUVIAL: Florestas em terraços alagáveis, adjacentes aos rios Chandless e Chandless-chá e igarapé Cuchichá.
3. QUEIMADAS: Formações isoladas, de pequena superfície, permanentemente alagadas, com predominância de ervas, arbustos e lianas. São encontradas em pontos isolados na parte central da UC.
4. FLORESTA TROPICAL CADUFICÓLIA COM BAMBU NO SUB-BOSQUE: Predominam nas áreas de terra firme, ocorrendo em locais de mais baixa altitude, muitas vezes adjacentes a áreas

⁸ Segundo a Revista Veja, de 20 de junho de 2001, a região do Acre que abriga o Parque Nacional Serra do Divisor foi considerada por pesquisadores **o local de maior biodiversidade da Amazônia**, superando com folga outras regiões de Floresta Amazônica, como Cacaúlândia, em Rondônia, Pakitza e Tambopata, no Peru, tidas até agora como campeãs em variedade de seres vivos.

aluviais, ou chegando a ocupar as margens dos rios. Denominados tabocais, constituem-se em manchas com densidade variável de dominância e, provavelmente, com pelo menos três espécies de bambu *Guadua superpa*, *Guadua weberbaueri* e *Guadua sarcocarpa* (figura 44 e 45).

5. FLORESTA TROPICAL CADUCIFÓLIA COM PALMEIRAS NO SUB-BOSQUE: Neste caso subdividida em dois tipos, (1) as florestas bem estruturadas, com dossel uniforme, presentes nos fundos de vales e mais raramente no topo de elevações; e as (2) florestas de encostas e topo de elevações, mal estruturadas, muitas vezes ocupando áreas onde o bambu morreu em anos recentes. Ambas predominam nas regiões de terra firme, presentes nas áreas mais altas e distantes dos grandes cursos de água. Verifica-se a ocorrência de palmeiras da espécie paxiubão *Iriartea deltoidea*, uricuri *Attalea phalerata* e murumuru *Astrocaryum ulei* (figura 46).

Aparentemente o PEC tem uma vegetação diferenciada em relação a outras unidades de conservação na Amazônia. Conforme relata Ferreira (2008a), em todas as trilhas e pontos usados para a amostrar a vegetação local, foram encontradas raríssimas espécies com potencial madeireiro, mesmo caminhando-se fora das trilhas cerca de 2 km floresta adentro, num bioma onde se encontram cerca de 30 a 40 espécies madeiras. Nem mesmo o mogno *Swietenia macrophylla*, o qual deveria ocorrer em abundância, pois toda a região da PEC está incluída no 'arco do mogno', uma extensa região com cerca de 1,5 milhão de km² que se estende do centro-oeste ao leste da Amazônia, cobrindo a totalidade dos estados de Rondônia e Acre, o sul do estado do Amazonas, o norte de Mato Grosso e centro-sul do Pará.

Em princípio o autor sugere que explorações efetuadas no passado foram responsáveis pela ausência destas espécies. Da mesma forma não foram encontrados vestígios da ocorrência de seringueira *Hevea brasiliensis* e castanheira *Bertolletia excelsa*. Este fato é significativo pois pode explicar parcialmente a escassez de moradores no PEC, visto que estas duas espécies são os pilares do extrativismo no Acre e garantiram a permanência de grande contingente de populações extrativistas no interior da floresta (Ferreira, 2008 a). No caso da seringueira pode-se especular que se a mesma existiu no passado, foi vítima da exploração dos *caucheiros*, que prosperaram na área do PEC desde o início do século passado (Ferreira, 2008 a).



Figura 44. Floresta Tropical Caducifólia com bambu
(Foto: Dante Buzzetti)



Figura 45. Floresta Tropical Caducifólia com bambu no sub-bosque (Foto: E. Ferreira).

Para iniciar qualquer utilização deste atrativo será necessário estabelecer no zoneamento do PEC as áreas passíveis de visitação, criar normas de uso para minimização dos impactos ambientais e propor um programa de monitoramento.

c) Fauna/Aves/Barreiros

O estado do Acre é considerado uma das áreas de maior riqueza ornitológica de toda a Amazônia, com a possibilidade de ocorrência de cerca de 600 espécies de aves numa mesma localidade. No PEC foram registradas 407 espécies de aves, segundo o relatório da AER elaborado por Dante Buzetti, sendo 40 endêmicas da Amazônia Meridional, e pelo menos 25 delas têm sua distribuição restrita ao oeste amazônico. Entre as espécies ameaçadas - segundo os critérios definidos pela IUCN em 2008 -, o gavião-real ou harpia *Harpia harpyja* (figura 48) e o limpa-folha-de-bico- virado *Simoxenops ucayalae*, que estão enquadrados na categoria "quase ameaçada", o maracanã-de-cabeça-azul *Primolius couloni*, na categoria "em perigo" e o japim-da-selva *Cacicus koepckeae*, registrado pela primeira vez para o Brasil, e enquadrado na categoria "vulnerável" de ameaça global (Buzetti, 2008a).



Figura 46. Visão geral da Floresta Tropical Caducifólia com palmeiras no sub-bosque (Foto: E. Ferreira).

Segundo Buzetti (2008 b), na área do Parque Estadual (PE) do Acre, o número de indivíduos da família Psittacidae, principalmente da arara-vermelha grande, que foi registrada na maioria dos pontos de amostragem da primeira campanha de campo, notadamente nas margens do rio Chandless, no entorno das encostas dos morros com solo exposto, chamados localmente de *barreiros*, onde as aves se reúnem para ingerir o sal e outros minerais misturados ao solo (figura 47). Estes barreiros congregam várias espécies de aves da família Psittacidae (araras, papagaios e periquitos), como o papagaio-moleiro *Amazona farinosa* o maracanã-guaçu *Ara severa*, a maitaca-de-cabeça-azul *Pionus menstruus*, o periquitão-maracanã *Aratinga leucophthalmus*, o periquito-de-cabeça-suja *Aratinga weddellii*, o periquito de asa-azul *Brotogeris cyanoptera*, e provavelmente o maracanã-de-cabeça-azul *Primolius couloni*.

A arara-vermelha grande *Ara chloroptera* e a arara-canga *Ara macao*, em observadas em grupos de até 160 indivíduos podem constituir-se em um espetáculo marcante para o ecoturista.

Os *barreiros* são estratégicos para o desenvolvimento de futuros trabalhos de pesquisa com araras, papagaios e periquitos, possibilitando a realização de atividades de *birdwatching*.

Além de sua riqueza de espécies no PEC, as aves são facilmente avistadas na natureza e existe um mercado específico para *birdwatching*. Há uma estimativa de que existam aproximadamente 80 milhões de observadores de aves no mundo (Santos, 2006), concentrados principalmente nos

Estados Unidos, com quase 70 milhões (NSRE, 2000-2002), e Grã-Bretanha, com aproximadamente um milhão (Yorth, 2000).

Às vezes, o interesse do observador de aves é mais específico, como o de acompanhar a migração, reprodução ou comportamento de determinadas espécies. Esta especificidade é responsável pela realização de muitos festivais anuais de aves, como, por exemplo, o *Sandhill Crane Festival* no Alaska e o *Crane Fest* em Michigan, Estados Unidos, que atraem milhares de observadores para acompanhar a migração do “grou-americano” *Grus* sp. Estes festivais reúnem milhares de *birders* para excursões, seminários e vendas de artigos especiais, como livros, roupas e binóculos, desenvolvendo fortemente a economia local, principalmente nos setores de transporte, hotelaria, alimentação e de serviços, como guias e artesãos (Farias, 2007). Recentemente, festivais de observação de aves começaram também a surgir em outros países do continente americano como México, Porto Rico, Colômbia, Venezuela, Argentina. No Brasil, cita-se o I Festival de Observação de Aves de Ubatuba (SP) realizado no ano passado, o qual apoiado pela iniciativa privada ofereceu safáris fotográficos para amadores e profissionais, cursos de observação e discussões com autoridades no assunto.



Figura 47. Psitacídeos em barreiro na área do PEC.
(Foto: Dante Buzzetti)



Figura 48. Harpia observada no PEC
(Foto: Dante Buzzetti)

Em entrevista com o Sr. Guto Carvalho, profissional da área de comunicação e divulgação ligado ao *birdwatching* ele recomenda, para ações a curto prazo, divulgar e formar uma imagem do PEC para o *birdwatching*, iniciando através da realização de uma visita técnica e da divulgação das aves do PEC no circuito e eventos sobre o tema. O Sr. Carvalho colocou à disposição seus projetos elaborados para o Jari (Cantos do Jari) e Menino Passarinho (Parque do Zizo, SP) sendo que o último foi apresentado à ex-Marina Silva. Contato: guto@avistarbrasil.com.br, www.avistarbrasil.com.br, fone: 11 3023- 5315 ou 55 9106-4089.

As informações sobre esse tema contribuem para recomendação de ecoturismo motivado pela avifauna, mas as atividades devem estar vinculadas a outros temas, como a pesquisa por

exemplo, para justificar os investimentos em infra-estrutura e pessoal durante todo o ano, pois o atrativo para esse tipo de lazer é muito específico e pontual em relação à época do ano.

d) Fauna/mamíferos e répteis

Trinta e nove espécies de mamíferos terrestres, duas espécies aquáticas (cetáceos) e seis espécies de morcegos foram constatadas no PEC (Calouro, 2008). Vale ressaltar a onça-pintada *Panthera onca*, anta *Tapirus terrestris*, queixada *Tayassu pecari*, ariranha *Pteronura brasiliensis*, boto-cor-de-rosa *Inia geoffrensis*, boto cinza *Sotalia fluviatilis*, capivara *Hydrochaeris hydrochaeris*, além de dez espécies de macacos que podem se constituir atrativos do ecoturismo. Espécies de mamíferos de médio a grande porte - especialmente a onça-pintada - são atrativos importantes no desenvolvimento de atividades de ecoturismo, porém como não são facilmente avistáveis em passeios diurnos, principalmente em áreas onde a caça é freqüente, é necessário uma proposta especializada. No Pantanal, através do turismo, ambientalistas e empresários estão demonstrando aos fazendeiros, pecuaristas e madeireiros que as onças são mais valiosas vivas do que mortas, e os operadores garantem uma probabilidade de 97% de ver o felino no passeio, usando antigos caçadores de onça para rastreá-las e comunicar a sua localização para os guias dos grupos de ecoturistas⁹.

Segundo o relatório de campo referente a herpetofauna foram registradas 63 espécies de anfíbios anuros e 40 espécies de répteis (Sousa, 2008).

Em relação aos anuros vale ressaltar a espécie conhecida popularmente como Kambô, Kampú, Kampum, Sapo-da-injeção ou Sapo-da-vacina Phyllomedusa bicolor, que possui uma secreção (tóxica) que há dezenas de anos é usada por grupos indígenas que vivem na região amazônica, próxima à cordilheira dos Andes (Katukinas, Kaxinawás, Ashaninkas, etc) para tratamento e prevenção de doenças. Porém, nos últimos anos vêm sendo largamente divulgada e usada por pessoas de diversas partes do planeta, com os mais diferentes fins. Na literatura antropológica, existem diversas indicações sobre o uso tradicional do kambô, que segundo os indígenas tira a "panema", (espécie de fraqueza do corpo e do espírito ou a má sorte de uma maneira geral). Ultimamente, com a divulgação do uso do veneno do sapo pela mídia nacional e internacional, tem havido uma grande procura por diversas pessoas em busca de cura dos mais diferentes tipos de enfermidades ou simplesmente pela curiosidade (Sousa, 2008).

Dentre as espécies de répteis encontradas, algumas são utilizadas na alimentação dos habitantes locais tais como: jabuti *Geochelone denticulata*, tracajá *Podocnemis unifilis*, jacaré-tinga *Caiman crocodilus* e jacaré-açu *Melanosuchus niger*. No caso do tracajá, uma das principais causas da redução das populações dessa espécie é a caça predatória de animais adultos e a captura de ovos pelo homem, além da utilização dos bancos de areia para o desenvolvimento de culturas sazonais, os quais são usados pela espécie como sítios de oviposição (Sousa e Silva, 2008).

No PEC encontram-se espécies de répteis peçonhentos capazes de causar danos ao homem, tais como: surucucu ou jararacuçu *Bothrops atrox*, cobra-papagaio ou papagaia *Bothriopsis bilineata*

⁹ http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/01/080119_presspantanalebc.shtml, acessado em 11 de fevereiro de 2009.

e Surucucu-pico-de-jaca ou pico-de-jaca *Lachesis muta* e o Elapidae Cobra-coral ou coral *Micrurus lemniscatus*. Entre estas espécies, as maiores causadoras de acidentes são as do gênero *Bothrops* que correspondem a 73,5% dos acidentes no Município de Rio Branco, em segundo lugar vêm as do Gênero *Lachesis* com 1,07% e por último, as do gênero *Micrurus* com 0,71% dos acidentes (Silva, 2006). Uma outra espécie que é vista como perigosa ao homem, é a sucuri ou anaconda *Eunectes murinus*, a qual desperta medo e curiosidade nos ecoturistas, principalmente com base na afirmação de que ela é capaz de engolir um ser humano adulto.

e) Tabocais/fauna associada

A região do Chandless é um dos centros de distribuição do bambu do sudoeste da Amazônia, apresentando pelo menos 3 espécies (*Guadua superpa*, *Guadua weberbaueri* e *Guadua sarcocarpa*). Denominada *tabocal*, esta vegetação tem um ciclo de vida e dinâmica interessante, apresentando rebrota a cada cinco a oito anos e morte natural de 28 a 30 anos (Figuras 44 e 45). Merece especial destaque porque possui uma comunidade de aves associada e em sua maioria composta por espécies de ocorrência exclusiva neste ambiente. Durante as duas campanhas dos trabalhos de campo da Avaliação Ecológica Rápida para realização do Plano de Manejo do Parque, registrou-se pelo menos 13 espécies com distribuição exclusiva nas formações densas de *tabocais* (Kratte, 1997), dentre as quais merecem destaque o inhambu-de-coroa-preta *Crypturellus atrocipillus*, a choca-do-bambú *Cymbilaimus sanctaemariae*, a trovoadá-listrada *Drymophila devillei*, o chororó-de-manu *Cercomacra manu*, o formigueiro-do-bambu *Percnostola lophotes*, o formigueiro-de-goeldi *Myrmeciza goeldii*, o limpa-folha-de-bico-virado *Simoxenops ucayalae* e a maria-topetuda *Lophotriccus eulophotes* (Buzetti, 2008 b).

O Parque Estadual Chandless possui extensas áreas dominadas por *tabocais*, e no futuro poderá se tornar uma das principais áreas destinadas a pesquisas com comunidades de aves e mamíferos desta formação vegetal no Brasil, uma vez que estudos similares no país ainda são escassos.

f) Queimadas

Segundo Ferreira (2008 b) as *queimadas* são intrigantes formações, comuns na parte central e sul da PEC, localizadas em terrenos baixos inundáveis pelas águas de pequenos igarapés de águas claras (figura 49). Ao contrário dos igapós, a superfície aquática das queimadas é quase totalmente coberta pela vegetação arbustiva, lianescente e herbácea, dando uma falsa impressão para quem observa do ar que as queimadas são resultado de ação antrópica (figura 50). Estas formações, em razão de seu quase completo desconhecimento, podem ser classificadas como de altíssimo valor biológico. Até o presente não foram reportadas formações similares em outras regiões do Estado, indicando que as *queimadas* do PEC são as primeiras a serem reconhecidas e protegidas oficialmente.

g) Rios navegáveis

Segundo a opinião dos pesquisadores entrevistados os principais rios do PEC não tem beleza cênica, por conta da água barrenta e das barrancas altas que dificultam a visão das pessoas embarcadas. Por outro lado, a viagem de barco proporciona o avistamento de mamíferos aquáticos, répteis e das aves nos barreiros e, como foi observado pelo grupo de pesquisadores, bandos de araras vermelhas com cerca de 160 indivíduos.



Figura 49. Visão geral da margem de uma *queimada* (Foto: E. Ferreira).



Figura 50. Visão aérea de uma *queimada* localizada na parte sudoeste do PEC (Foto: E. Ferreira).

Segundo o documento elaborado pela SETMA (2001) a região do Chandless está localizada na Bacia do rio Acre – rio Purus. O principal rio que corta esta região no sentido sudoeste-noroeste é o rio Chandless que nasce no Peru. Os principais Igarapés na margem direita do Chandless são o Pumajali, o Chambira e o Chandless-Chá. Na margem esquerda encontra-se o Riozinho, o Santo Antônio e o Cuchichá.

Os igarapés Cuchichá e Chandless-chá foram os únicos tributários estudados durante a AER. As coletas evidenciaram que o nível da água variou bastante, porém sempre permaneceu elevado, cobrindo por completo as praias. As águas de ambos são turvas, a profundidade pode alcançar mais de 16 metros no período chuvoso nos locais onde há margens escarpadas. Sistemas de várzeas, lagos e praias dos rios Purus, Chandless, Chandless-Chá e Cuchichá, principais rios do Parque, respondem pelas áreas de abrigo e reprodução de jacarés, quelônios e grandes serpentes semi-aquáticas (Sousa, 2008).

A princípio sugere-se que os rios da região, em especial Purus, Chandless, Chandless-Chá, Chambuiaco e Cuchichá nos trajetos internos do PEC e na zona de amortecimento sejam analisados sob o ponto de vista do desenvolvimento de atividades de ecoturismo e turismo aventura. Especialmente atividades como canoagem¹⁰, bóia-cross¹¹ e os melhores pontos para observação de fauna.

¹⁰ A canoagem é uma atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rio, lago, águas calmas ou agitadas. Em inglês usa-se os termos *canoeing* e *kayaking*. A canoa pode ser aberta ou fechada com remo de uma só pá podendo o praticante estar sentado ou ajoelhado. O caiaque é uma embarcação fechada que utiliza remo de duas pás; o praticante permanece sentado na cabine. A canoagem de lazer realizada em águas calmas não exige um grande conhecimento prévio, permitindo ao remador desfrutá-la sem um treinamento. Já, para a canoagem em águas brancas, é altamente recomendável que se tenha um bom preparo. No geral, as empresas de

Uma proposta interessante seria pesquisar, divulgar e futuramente reproduzir através de atividades de ecoturismo e turismo histórico/cultural parte da viagem que William Chandless fez no período de 1864/1865, comissionado pela *Royal Geographical Society*, na qual ele navegou 3.000 km pelo rio Purus e seus afluentes. Da mesma forma, a viagem realizada por Euclides da Cunha que percorreu uma parte da Amazônia, em 1905, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, sendo o título do livro que ele pretendia escrever bastante sugestivo para um roteiro de ecoturismo.

*Após percorrer uma parte da Amazônia, em 1905, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, Euclides da Cunha pretendia escrever um livro no qual registraria suas idéias sobre a região. Para isso tinha até escolhido o título, **Um Paraíso Perdido**, daquele que se destinava a ser o seu segundo "livro vingador". A morte, em forma de drama passionai, no ano de 1909, chegou antes que fosse concretizada a sua pretensão, e "os ensaios amazônicos são o aspecto menos conhecido de sua obra. Encontram-se dispersos em artigos e entrevistas de jornal, em crônicas e prefácios, em sua correspondência particular e oficial, além dos relatórios técnicos da viagem" (Ventura, 1993, p. 44) ¹².*

A região carece da implantação de infra-estrutura de embarque, de serviços de conservação do leito dos rios e de empresas que realizem o transporte regular de pessoas e cargas para melhorar a qualidade de vida da população local, a qual poderia ser usada para o ecoturismo.

h) Lagos

Tanto o Lago São João como o Buião foram indicados pelos moradores do PEC como os mais bonitos da região, porém a consultoria não dispõe de dados para analisá-los sob o ponto de vista do uso público. Sobre o São João, no relatório da AER, Vieira (2008) descreve:

*O lago São João possui margens bem preservadas contendo mata nativa e, nas extremidades, vegetação em estágio sucessional. No momento das coletas o lago continha cerca de 80% da sua superfície coberta por *Salvinia sp.* e nas extremidades havia bancos de gramínea flutuante. Havia na coluna d'água uma grande quantidade de girinos, provavelmente de *Bufo sp.*, indicando elevada quantidade de alimento. As águas possuíam transparência de 50 cm nos locais de coleta. A profundidade na porção central do lago era de quatro metros. O lago possui comunicação com o rio no período de cheias, a qual pôde ser*

alta capacitação adotam procedimentos de treinamento introdutório e explicações para garantir a segurança dos praticantes (Ministério do Turismo & ABETA, 2008).

¹¹ Bóia-cross é a descida de rios praticada em um mini bote inflável, onde a pessoa pode sentar-se de costas ou apoiar-se de bruços, com a cabeça na extremidade frontal da bóia e os pés na parte final da bóia, já praticamente na água. É também conhecida como *acqua-ride*. Alguns profissionais de Turismo de Aventura fazem distinção entre *bóia-cross* e *acqua-ride*, considerando especificidades como equipamentos, técnicas e público dentre outras (Ministério do Turismo & ABETA, 2008). No Paraná, nos rios da Serra do Mar utiliza-se câmaras de ar como bóia.

¹² Pesquisado em http://ambienteacreato.blogspot.com/2006/07/euclides-da-cunha-na-amaznia_02.html, acessado em 7 de fevereiro de 2009.

observada durante o trabalho, pois o nível da água variou de acordo com o nível do rio Chandless.

A consultoria sugere que os lagos da região sejam analisados sob o ponto de vista do desenvolvimento de atividades de ecoturismo.

i) Trilhas internas

Nesta primeira abordagem sobre o uso público do PEC recomenda-se utilizar para atividades de visitação a trilha já aberta para a AER do Plano de Manejo, sendo acessada por SRP através do ramal do Projeto de Assentamento. É uma trilha com cerca de 4 km, que inicia fora dos limites e adentra a área do parque. No caso da implantação de atividades de ecoturismo em SRP, esta trilha poderia ser usada para *hiking*, *trekking* e/ou *birdwatching*.

O *hiking* é uma caminhada mais leve, pode durar desde uma hora até um dia inteiro, mas o praticante retornará ao seu local de origem, para ali pernoitar. O *trekking* é uma caminhada de longo percurso, na qual o praticante pernoita em locais ao longo da trilha, porque o trecho percorrido excede o limite de um dia de viagem. O pernoite pode acontecer em situações diversas como acampamentos, pousadas, fazendas e bivaques¹³ entre outros. Ambas são direcionadas principalmente ao público jovem, necessitam de infra-estrutura mínima e tem como objetivo a superação de limites, a contemplação da natureza ou ainda a observação de vida selvagem. O ecoturista carrega sua mochila nas costas com todo seu equipamento e sua própria comida. A caminhada deve ter locais com belezas naturais, pontos de interesse para a conservação da natureza e alguma dificuldade de se percorrer, seja pela topografia seja por obstáculos. É necessário conhecimento de orientação e navegação (bússolas e/ou mapas, dependendo do percurso) e um planejamento da caminhada, para adequar horários de chegada a determinados pontos e controlar a quantidade de quilômetros percorrida diariamente (Ministério do Turismo & ABETA, 2008).

Outras trilhas devem ser mapeadas e analisadas para futuras atividades no PEC e entorno. Guias e condutores experientes e treinados nas técnicas de mínimo impacto ambiental são essenciais, e a atividade não deve ser permitida sem acompanhamento profissional.

j) Cultura indígena

Nesta primeira abordagem não foi identificada nenhuma atividade de turismo que esteja sendo desenvolvida na região e que possa ser agregada futuramente às atividades de uso público no PEC. Porém, o Acre já tem iniciativas interessantes como a proposta da aldeia Nova Esperança para o etnoturismo. O Festival Yawa já era aberto ao turismo, mas neste ano através de uma parceria desenvolvida com uma agência local de turismo permitiu a realização de um projeto

¹³ Pernoite ao ar livre, causando o mínimo impacto possível na natureza.

piloto na área. No próximo ano os Yawanawás devem ter uma pousada para abrigar os visitantes¹⁴.

Segundo SECTMA/WWF, SOS Amazônia (2001), foram identificadas durante a viagem pelo rio Purus, vinte e sete aldeias indígenas situadas em suas margens, destas vinte duas estão localizadas na TI Alto Purus e são habitadas por grupos das etnias kulina e Kaxinawá. As demais pertencem a grupos das etnias Kulina e Mastanawa, estão localizadas no entorno de Puerto Esperanza, no Peru. A população indígena de Santa Rosa do Purus, encontra-se politicamente representada, através de vereadores e vice-prefeitos, sendo inclusive o Sr. José Domingos, atual vice-prefeito, entrevistado para este trabalho. A TI Mamoadate é habitada por uma população de 459 indígenas da etnia Manchineri e 117 Jaminawa (ZEE-AC, 2000). A principal fonte de renda da população indígena que habita esta região é a agricultura e o artesanato, porém nenhum artesanato foi encontrado para venda em Santa Rosa do Purus.

O potencial para interação com as culturas indígenas é grande e a proximidade com as terras indígenas Alto Rio Purus (ao norte do PEC) e Mamoadate (ao sul) facilitaria a inserção de visitas em roteiros combinados. Porém, ainda que as atividades de turismo sejam desejadas pelas aldeias, há muito trabalho a ser feito antes de iniciar um roteiro, principalmente no que se refere a treinamentos das comunidades para a compreensão do que é o turismo, objetivos, benefícios para as aldeias, responsabilidades, impactos socioculturais entre outros assuntos, devem ser esclarecidos e compreendidos para que a aldeia tome sua decisão. Técnicas de oficinas e “palestras” de líderes comunitários e indígenas provenientes de projetos responsáveis que já desenvolvem turismo são recomendados.

Sobre os índios isolados o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles Jr relata (*in* SECTMA/WWF, SOS Amazônia, 2001):

Na região do Chandless, entre as TI Alto Rio Purus e Mamoadate, foi detectada a presença de grupos de índios isolados denominados Maskos, que habitam e perambulam pelas margens dos rios daquela região. O período de perambulação em terras brasileiras ocorre geralmente entre os meses de maio a agosto (período seco). No inverno eles não atravessam os rios. Estes índios andam em grandes grupos, de cerca de 200 a 300 pessoas, e quando encontram outros grupos indígenas ou a população branca, costumam atacar utilizando-se apenas de arcos e flechas, o que torna possível deduzir que sejam ainda bastante primitivos e desconheçam as armas de fogo. Estes índios durante as suas caminhadas ao perceberem vestígios da civilização branca ou de outros grupos indígenas, costumam afastar-se do local.

Nas entrevistas realizadas para o documento Peça de Criação Unidade de Conservação de Proteção Integral - Gleba 9 (SECTMA/WWF, SOS Amazônia, 2001), diversos moradores da região afirmaram já terem encontrado vestígios desses índios nas praias das margens do rio Chandless. Um entrevistado afirmou que havia tentado estabelecer contato com o grupo, deixando alguns objetos no lugar onde estava montado o acampamento dos Masko, mas segundo ele, ao retornar no dia seguinte, os indígenas já haviam abandonado o local, deixando os presentes ofertados. Um outro morador afirmou ter encontrado um acampamento montado pelos maskos, e chegou a descrever o modelo de suas ocas e o formato de suas flechas.

¹⁴ http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6223&Itemid=26, acessado em 5 de janeiro de 2008.

Existe entre a população do Chandless várias lendas sobre os Maskos, uma delas é de que este grupo é composto por pessoas altas e louras, e que provavelmente seriam os sobreviventes de um navio europeu que afundou em território peruano, no final do século XIX ou início do século XX. As histórias e lendas sobre os índios isolados que perambulam na região do PEC, pelas cabeceiras do rio Chandless e Iaco, poderiam ser resgatadas, observando a necessidade de manter distância destas populações que preferem o isolamento.

k) Populações tradicionais/modos de vida

Em relação aos moradores internos do PEC, atualmente existem 19 famílias, somando-se ao todo 95 pessoas, em sua maioria nascidas nesta localidade. Encontram-se estabelecidas em 10 colocações, todas dispersas ao longo das margens do rio Chandless, nas áreas de "terra firme" (terraços fluviais altos).

Segundo o relatório de campo elaborado de Allegretti (2008) para embasar o Plano de Manejo, os dados apresentados por unidade familiar permitem algumas conclusões:

- A economia das famílias do rio Chandless caracteriza-se pela auto-suficiência. A produção é voltada para subsistência e uma parcela é comercializada com o objetivo de aquisição de produtos industrializados, especialmente combustível.
- A economia é agroextrativista, com predominância da agricultura, restringindo-se o extrativismo à pesca. Não existem produtos extrativistas sendo comercializados, são os produtos agrícolas que são vendidos para obtenção de renda monetária. São famílias de agricultores, com muita capacidade de produção, tem fartura de alimentos e vontade de expandir pasto e criação em geral.
- Não se trata de uma comunidade tradicional com alto nível de dependência dos recursos naturais. Exceção para a retirada de madeira para construção de barcos e plantas medicinais.
- Muitos moradores são artesãos e fabricam barcos¹⁵ para venda. É uma importante fonte de renda monetária.
- Comercializam feijão, arroz e farinha, nessa ordem. Vendem em Manoel Urbano ou para Olegário (outro morador) em pagamento pela compra de mercadorias.
- Dois moradores prestam serviços ao PEC e essa renda monetária tem grande importância na economia familiar.
- Quase todas as famílias tem produção agrícola importante, complementada por caça, pesca, criação de animais domésticos, frutíferas. A alimentação é boa e as pessoas saudáveis.

¹⁵ A construção de pequenas embarcações, confeccionadas artesanalmente, utilizando-se principalmente o tronco da jacareúba, uma espécie madeireira ainda bastante abundante na região é uma atividade econômica dos moradores do rio Chandless. A atividade envolve dois a três homens da família, que constroem em média 10 barcos ao ano (SECTMA/WWF, SOS Amazônia, 2001)

- Não existe auxílio de governo de nenhum tipo, nem mesmo bolsa-família porque não tem escola.

Para o homem urbano é inconcebível uma população viver nas condições de isolamento semelhante às que os moradores do PEC vivem, e cada vez mais pessoas que habitam grandes centros urbanos procuram por experiências semelhantes. Porém, não é recomendável iniciar qualquer atividade ligada a turismo com estes moradores enquanto não for definida a situação das famílias residentes no PEC. Segundo a oficina de pesquisadores realizada em fevereiro de 2009, será criado grupo de trabalho, coordenado pelo Governo do Estado, para analisar as alternativas de regularização fundiária e atuar na negociação com esses moradores.

Neste momento, a questão do turismo não deve ser mencionada como uma possibilidade para estas famílias, fato que pode criar expectativas e influenciar suas decisões de moradia. Em uma primeira análise, o turismo em uma unidade de conservação de proteção integral, nas condições de acesso como o PEC, será uma atividade sazonal que pouco acrescentará à renda das famílias. Mesmo que ocorra um planejamento governamental integrado, uma proposta de turismo científico que inclua estas famílias, e a injeção de recursos financeiros para sua implantação, a longo prazo, os mais beneficiados pelo turismo serão os moradores do entorno, da zona de amortecimento, onde as normas de uso são mais permissivas e o número de opções ligadas ao turismo são maiores.

2.3.3 Análise dos Atrativos

A tabela 8 foi elaborada com base nos dados coligidos através das entrevistas com funcionários e moradores, nos relatórios da AER e nas observações da consultoria em campo (SRP). O objetivo era uma análise participativa para a hierarquização dos atrativos com o grupo de pesquisadores do Plano de Manejo, porém não foi possível concluir esta proposta em função da mudança de data estipulada para esta oficina. Da mesma forma, optou-se por manter a tabela neste documento, configurando como um exercício de análise para as etapas futuras do Uso Público no PEC.

O atrativo Floresta Amazônica/Biodiversidade recebeu a maior pontuação (18) o que corresponde a 66,6% do total, indicando que para a implantação do turismo na área são necessárias infra-estruturas e outras medidas de apoio. Os atrativos ligados a fauna de aves, barreiros e cultura indígena receberam pontuação 15, que corresponde a 55,5% do total.

Uma análise aprofundada dos atrativos do PEC, com base em um trabalho de campo realizado por uma equipe especializada será necessária no futuro.

Tabela 8. Avaliação e hierarquização dos principais atrativos do PEC (Adaptado da proposta da Organização Mundial do Turismo (OMT) e Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR) descrita em (Ministério do Turismo, 2007).

Atrativos		Potencial de atratividade (Valor X 2)	Grau de uso atual	Representatividade (Valor X 2)	Apoio local e comunitário	Estado de conservação da paisagem circundante	Infra-estrutura	Acesso	Total
Atrativos Naturais específicos do PEC	Floresta Amazônica/Biodiversidade	6	0	6	2	3	0	1	18
	Fauna/Aves	6	0	4	1	3	0	1	15
	Barreiros/ aves e mamíferos	4	0	6	1	3	0	1	15
	Tabocais/fauna associada	4	0	6	0	3	0	1	14
	Fauna/mamíferos, répteis e peixes	4	0	4	0	3	0	0	11
	Beleza cênica	2	0	4	1	3	0	1	11
	Queimadas/ vegetação rasteira	2	0	6	0	3	0	0	11
	Rios navegáveis	2	1	2	1	3	0	2	11
	Lagos	--	--	--	--	--	--	--	--
	Trilhas internas	4	0	2	1	3	0	1	11
Atrativos Culturais (PEC e entorno)	Cultura indígena	6	0	4	1	3	0	1	15
	Populações tradicionais/ modos de vida (PEC e SRP)	2	0	2	2	3	0	0	9

Observações: (1) Grau de uso atual: permite analisar o atual volume do fluxo turístico efetivo e sua importância para o município, difere do grau de interesse por representar a situação atual, em vez da potencial; um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva; (2) Representatividade: fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo; quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário; (3) Apoio local e comunitário: a partir da opinião dos líderes comunitários, deve-se analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público; (4) Estado de conservação da paisagem circundante: verificar, por observação *in loco*, o estado de conservação da paisagem que circunda o atrativo; neste item é analisada a ambiência do atrativo; (5) Infra-estrutura: verificar, *in loco*, se existe infra-estrutura disponível no atrativo e o seu estado; (6) Acesso: verificar as vias de acesso existentes e suas condições de uso; (7) Os itens potencial de atratividade do elemento e representatividade recebem a pontuação em dobro (peso dois), por serem mais significativos em comparação com os demais itens avaliados.

3 Uso público no PEC

Ao entrevistar pesquisadores, funcionários e empregados percebeu-se os setores governamentais ligados ao turismo e mesmo empresários estão apostando nesta atividade como um novo cenário econômico para o Acre. O Estado conta com financiamentos públicos e privados da ordem de R\$ 46 milhões para a sua consolidação. Porém, para a região do Chandless considera-se como um cenário viável a curto prazo, a pavimentação da estrada até Manoel Urbano, a pavimentação da pista de pouso em Santa Rosa do Purus, e a melhoria da pista de pouso na Fazenda Jussara no PEC.

O Uso Público no PEC deve ser abordado em um planejamento de ecoturismo para um **contexto regional**, sendo as ações futuras fomentadas e implementadas paralelamente. Ações isoladas de uso público voltadas para o ecoturismo para o PEC não fazem sentido considerando-se a sazonalidade, a distância, a dificuldade de acesso ao interior da unidade, a quantidade de recursos humanos e financeiros necessários para viabilizá-las, e a falta de alternativas econômicas em Santa Rosa do Purus. Propõe-se nesta consultoria uma *estratégia* de longo prazo, incluindo ações intra-parque as quais serão de responsabilidade dos gestores da unidade, e ações extra-parque, focadas principalmente na zona de amortecimento, e abrangendo principalmente Santa Rosa do Purus, mas que virão a beneficiar também Manoel Urbano e Sena Madureira. Nas ações extra-parque os gestores da unidade podem atuar como facilitadores do processo, mas em geral não tem tempo e energia para tomarem frente às responsabilidades.

A estratégia é criar uma identidade diferenciada para o turismo da região, onde o ecoturismo de base comunitária seja a linha mestra para o desenvolvimento do turismo local. A partir da **proposta P4** deste documento, que trata-se da elaboração de um planejamento regional integrado, é que serão estabelecidas atividades de ecoturismo, e neste caso, recomenda-se que sejam baseadas em seis critérios básicos:

1) Envolvimento comunitário

As práticas destrutivas no entorno não podem ser evitadas sem que se modifique a situação econômica das comunidades, e a melhor maneira de fomentar mudanças é permitir que as comunidades participem e assumam o controle de seu desenvolvimento. Além disso, há uma grande chance de que a falta de participação resulte em impacto social e econômico negativo para a região. O envolvimento das comunidades deve ser realizado desde o início e em todas as etapas do processo para assegurar a participação efetiva e o sucesso da proposta. Para iniciar a participação os atores precisam entender o ecoturismo como um diferencial para a sua região, conhecer o potencial, os atrativos, como podem ser beneficiadas com as mudanças promovidas pelo ecoturismo, como vão lidar com a sazonalidade. A participação leva tempo, custa energia, recursos financeiros para treinamentos, mas é fundamental.

2) Parcerias

Um empreendimento ecoturístico isolado pode fazer sucesso, como acontece em vários locais da Amazônia, mas se houver outras iniciativas no local, as chances são maiores. As parcerias com todos os atores sociais da localidade, incluindo o Poder Público, terceiro setor, comunidades e o empresariado é essencial. No caso específico da região do PEC, a princípio, recomenda-se a parceria com as seguintes instituições: prefeituras de SRP, Manoel Urbano e Sena Madureira, governo estadual através da SEMA/IMAC, SETUL, governo federal através do PROECOTUR, EMBRATUR, FUNAI, IBAMA, ICMBIO e UFAC, governo do Peru - representado através de seu órgão oficial de turismo e órgãos de meio ambiente, cooperativas locais, SEBRAE, SENAC, SEAPROF, ONG, OSCIP e fundações com atuação no estado e no local, operadores de turismo receptivo, operadores de turismo emissor, agente de viagens, pesquisadores locais, guias de observação de aves renomados e instituições financeiras.

3) Capacitação

As iniciativas de ecoturismo dependem de bons programas de capacitação e treinamento em ecoturismo e nas suas necessidades intrínsecas. Todos os parceiros envolvidos devem ser capacitados nas diferentes funções que vão desempenhar na implantação do Plano Integrado (proposta P4). Os moradores locais que até então tiveram menos oportunidades neste sentido são os alvos principais na capacitação para que tenham condições de mobilizar seu potencial, gerenciar recursos e se tornarem agentes sociais pró-ativos no processo. As necessidades de treinamento devem ser identificadas e priorizadas.

4) Aspectos e Técnicas Construtivas

Os aspectos construtivos, assim como os jardins e áreas verdes representam um importante atrativo que devem refletir a diversidade cultural e biológica da região. Os empreendimentos devem evitar que sua infra-estrutura se constitua em entraves para as espécies da fauna e flora locais, tornando-as, ao contrário, em pontos de atração de espécies nativas e utilizando-as como fonte de conhecimento e aprendizagem para o ecoturista, funcionários e população em geral. Propõe-se que as técnicas construtivas não sejam apenas compatíveis com a proposta, mas que elas sejam um atrativo a mais para a região, aproveitando este momento inicial de planejamento e aprendizagem para conhecer e fazer parcerias com empresas e instituições de ensino/pesquisa que criam, vendem e/ou disseminam produtos e propostas sobre energias alternativas, bioarquitetura, arquitetura sustentável, reciclagem, manejo de resíduos, permacultura, entre outros. É uma excelente oportunidade para implantar projetos-pilotos de geração de energias limpas, que sejam futuramente referência mundial no assunto.

5) Compromisso com a qualidade dos serviços

A proposta é que o ecoturismo praticado no PEC e entorno promova uma experiência única, pela singularidade dos atrativos, pela qualidade do atendimento, pelo diferencial da infra-estrutura e pela qualidade dos serviços oferecidos.

6) Divulgação e marketing adequados

Futuramente, a divulgação e o marketing dos produtos, empreendimentos e atividades que serão desenvolvidas na região e no PEC devem ter qualidade profissional e devem ser absolutamente honestos. O consumidor deve identificar os benefícios ambientais e sociais dos produtos e infra-estruturas, tornando-se motivado a participar de uma proposta diferenciada na maior floresta do mundo.

Igualmente importante, é a construção de mecanismos para assegurar a concepção do planejamento, a qualidade dos produtos e serviços e garantir a mínima interferência na natureza. No caso do PEC, as atividades devem ser orientadas pelas Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (MMA, 2006). No caso do entorno, devem ser seguidas as orientações do Plano de Manejo para a Zona de Amortecimento, e recomenda-se as propostas do FUNBIO (2004) que trata-se do manual Melhores Práticas de Ecoturismo¹⁶, orientações do PROECOTUR (Ferreira e Coutinho, 2002) e, futuramente, a adesão ao CBTS (Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável) que visa a criação da certificação do turismo sustentável no Brasil como ferramenta para identificar ou atestar determinada qualidade de um produto ou do seu processo de produção. São avaliados os aspectos sociais, econômicos e ambientais de projetos, de infra-estruturas e operações turísticas, que devem seguir padrões descritos no conjunto de Princípios e Critérios elaborados pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS). Basicamente, o objeto da certificação, ou seja, o componente da atividade turística a ser certificado deve ser caracterizado por ser “ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo”.

Neste momento não é possível elaborar um programa de monitoramento dos impactos, positivos e negativos provenientes das ações de ecoturismo sobre o ambiente natural e social do PEC e zona de amortecimento, uma vez que não se sabe quais atividades e os locais onde serão implementadas. Porém, a partir do momento em que as atividades de visitação forem estabelecidas para o PEC um programa de monitoramento deve ser estabelecido para reduzir as ameaças sobre os recursos naturais. O monitoramento e manejo dos impactos são estratégias fundamentais do ecoturismo, mas são as que com maior frequência são negligenciadas. As propostas de Takahasi (2004) para planejamento do uso público em unidades de conservação são recomendadas porque dão especial atenção ao monitoramento, descrevendo os princípios básicos do LAC - Limite Aceitável de Câmbio (Stankey e colaboradores, 1895). O LAC é um processo que admite que os impactos são inevitáveis e desta forma estabelece padrões aceitáveis, seguindo cinco etapas (Drumm e colaboradores (2002): identifica as preocupações, define as atividades, elege os indicadores, estabelece padrões para os indicadores e monitora as condições.

Cada unidade de conservação tem as suas particularidades e necessidades específicas, as quais devem ser identificadas e priorizadas, mas em geral os indicadores para UCs que envolvem visitação referem-se as seguintes categorias: ambientais, experiência dos visitantes, econômicos, socioculturais, e indicadores de manejo (Drumm e colaboradores, 2004). Alguns exemplos destes indicadores estão dispostos na tabela 9.

¹⁶ O programa Melhores Práticas para o Ecoturismo desenvolvido pelo FUNBIO, visa a capacitação do pessoal envolvido com as práticas de operação e prestação de serviços turísticos. O objetivo principal de um programa de Melhores Práticas é o de compartilhar práticas com chances de sucesso entre os atores da indústria turística: prestadores de serviços e grupos de interesses.

Tabela 9. Tipos e exemplos de indicadores utilizados no monitoramento de atividades de ecoturismo (Modificado de Drumm e colaboradores, 2004).

Tipos de indicadores	Exemplos
Ambientais (biofísicos)	Erosão do solo do local
	Aumento de solo aparente pela perda de vegetação nos locais de acampamento ou ao longo das trilhas
	Lixo nas trilhas e áreas de acampamento
	Pressão sobre alguma espécie em particular
	Pontos de fogueiras irregulares
	Deslizamento de terra ao longo das trilhas e estradas
	Presença/aumento de bactérias coliformes nos rios e lagos
	Condições da visibilidade de um determinado ponto (paisagem)
	Quantidade de árvores danificadas nas trilhas, áreas de pic-nic e descanso
Experiência dos visitantes	Quantidade de encontros com outros grupos por dia
	Quantidade de violações às de segurança por mês
	Quantidade de queixas sobre visitantes ruidosos
	Quantidade de estudantes que usam a área para educação ambiental
	Quantidade de caçadores ilegais encontrados no local
	Porcentagem de visitantes satisfeitos com a visita ao local
	Evidências de vestígios humanos (sobras de alimentos por exemplo) nas áreas de acampamento
	Percepção dos visitantes sobre os guias naturalistas e condutores de visitantes
Econômicos	Quantidade de pessoas envolvidas com trabalhos relacionados ao ecoturismo ou empresários ecoturísticos nas comunidades vizinhas
	Quantidade de taxas de ingressos coletados por mês
	Tempo médio de estadia no local ou comunidade
	Número de empregos (ou ocupações) relacionados com o ecoturismo
	Nível de investimentos em serviços públicos e instalações
Socioculturais	Manutenção das práticas tradicionais
	Mudanças na composição da comunidade
	Informes sobre o comportamento negativo dos visitantes nos eventos e locais culturais das comunidades
	Mudança nas taxas de delitos e criminalidade
	Quantidade de visitantes nos eventos e locais culturais da comunidade
	Percepção dos guias a respeito das atividades de ecoturismo
Percepção geral dos visitantes a respeito das atividades de ecoturismo	
Manejo	Largura das trilhas atuais e quantidade de novas trilhas
	Quantidade de tempo investido na manutenção das infra-estruturas
	Quantidade de "pichações" e outros vandalismos encontrados nas áreas de acampamentos

A primeira decisão de manejo que a equipe gestora da unidade deve tomar, é se o PEC será efetivamente aberto a visitação, mesmo que em escala muito pequena, uma vez que ainda não tem uma sede, falta equipamentos de transporte e comunicação, e conta com apenas dois funcionários para atender as demandas básicas da unidade. A instituição gestora deve analisar os fatores limitantes, entendendo que as propostas de curto prazo demandam ações básicas prioritárias, como a estruturação da UC, contratação de pessoal e aporte considerável de recursos financeiros, e as de longo prazo dependem fundamentalmente de programas governamentais de fomento ao turismo na região, implantação de políticas públicas estaduais e municipais e parcerias com a iniciativa privada. Adicionalmente, é importante frisar que um programa de visitação para a UC implica em compromisso, responsabilidade sobre a qualidade do produto ou serviço oferecido e com a segurança do visitante.

Assim, as propostas enfocaram **temas prioritários** onde é efetivamente possível implantar ações práticas, a curto e médio prazos, de forma a iniciar um programa de uso público. Considerando o principal atrativo do PEC como a Floresta Amazônica em si, as especificidades da vegetação e fauna associada, recomenda-se iniciar com atividades relacionadas ao turismo técnico-científico¹⁷, voltado principalmente, mas não exclusivamente, para a diversidade de aves. A educação ambiental será iniciada através de um programa de educação a distância com as escolas da rede municipal e estadual em Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus; um programa de divulgação destinado às instituições e lideranças da região, e ações destinadas às comunidades do entorno por meio de cartilhas, cartazes e um programa de rádio que atingirá não só os moradores locais, mas, toda a região.

Em linhas gerais, a proposta é divulgar o PEC, tendo a diversidade de aves como o eixo principal de atividades de pesquisa científica e ecoturismo, criando uma identidade neste sentido. Foram propostas atividades para iniciar a observação de aves no PEC, e aquelas que exigem planejamento, tempo e recursos para implantação, como por exemplo um produto específico de *birdwatching*, agrega-se recomendações e o delineamento do processo necessário para sua continuidade após a entrega do Plano de Manejo. A médio e longo prazos, essas recomendações devem ser consideradas na revisão do Plano de Manejo e aprimoradas para sua implantação.

3.1 Propostas

Em relação às **propostas específicas para o PEC**, nesta primeira abordagem referem-se a visitação voltada para o turismo científico/pesquisa e educação/interpretação ambiental. Tendo em vista os fatores limitantes para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo a curto prazo, já mencionados anteriormente. Adicionalmente, foram consideradas **ações para os municípios de entorno**, em especial Santa Rosa do Purus devido a sua localização na zona de amortecimento do PEC, a falta de opções de atividades econômicas compatíveis com a conservação e a possibilidade de valorização da UC. Estas propostas futuramente vão apoiar um novo modelo de desenvolvimento para SRP/Projeto de Assentamento e da mesma forma apoiar atividades de ecoturismo no PEC e região.

As propostas de Educação e Interpretação Ambiental têm o objetivo de organizar e executar serviços visando transmitir a comunidade local e aos visitantes conhecimentos e valores sobre o patrimônio natural e cultural do PEC. Este Programa é orientado pela Lei 9795 da Política Nacional de Educação Ambiental que explicita em seu artigo 1º o entendimento da Educação Ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” e pelo marco conceitual instituído pela Conferência Intergovernamental de Tbilisi, Geórgia (1977) que trata a educação ambiental como “dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução de

¹⁷ Conjunto de atividades que atrai grupos específicos de turistas que buscam o intercâmbio *in loco* de informações científicas e técnicas.

problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”.

Cabe ainda, ressaltar o conceito de Interpretação Ambiental utilizado, que segundo Ham (1992) se refere “a um conjunto de princípios e técnicas que visam estimular as pessoas para o entendimento do ambiente pela experiência prática direta. A interpretação ambiental inclui a tradução da linguagem técnica de uma ciência natural em idéias que as pessoas em geral, que não são técnicas, possam facilmente entender”. Portanto todas as propostas e atividades a serem desenvolvidas no PEC devem utilizar as bases conceituais deste Programa.

As propostas foram abordadas considerando os horizontes: **curto prazo** (1 a 2 anos), **médio** (2 a 5 anos) e **longo prazo** (5 a 10 anos), a partir da elaboração do Plano de Manejo.

3.1.1 Curto Prazo

P1: Desenvolver e implantar programa de formação de identidade do PEC

Objetivos: Criação de identidade do PEC junto à população local, instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil situados em seu entorno de forma a imprimir nestes públicos o sentimento de pertencimento e valorização da unidade de conservação como importante patrimônio ambiental para o município e para a região.

Justificativa: O PEC será um novo integrante da sociedade de Santa Rosa dos Purus, e mesmo que a população local conheça e considere o espaço físico como importante área de conservação é necessária a formação de identidade do PEC. Isto significa proporcionar informações sobre as características da Unidade de Conservação de forma que as pessoas conheçam, se apropriem e adote o PEC como referência em conservação da Floresta Amazônica.

Desenvolvimento:

- Elaboração de *cartilha de divulgação*, contendo informações sobre o PEC, tais como sua localização, limites geográficos, zoneamento, características relevantes sobre os aspectos bióticos, abióticos e legislação que incide sobre a unidade de conservação.
- Elaboração de *cartaz de divulgação*.
- Apresentação de palestras sobre o PEC, Plano de Manejo, fauna, flora, aspectos socioeconômicos, entre outros.

Pressupostos/condições:

- Devem proporcionar o sentimento de pertencimento ao leitor, ou seja, de valorização do papel do indivíduo e da coletividade para a proteção do PEC como importante patrimônio ambiental para a sociedade local e regional;
- A *cartilha de divulgação* deverá ter linguagem acessível direcionada ao público leigo e aos escolares do ensino fundamental (49,4% são crianças de 0 até 15 anos);
- Preferencialmente que sejam utilizados elementos pictóricos e pouca linguagem escrita, visto o nível educacional da região (44% das pessoas que moram no PEC são analfabetas);

- Devem ter cunho educativo e não de fiscalização;
- A cartilha de divulgação deve proporcionar além das informações sobre o PEC, atividades lúdicas de fácil compreensão, de forma a estabelecer uma interatividade com o leitor;
- A cartilha de divulgação deve ter personagens o homem/mulher/criança como elemento de interação com o PEC, fazendo que estes sejam os condutores das boas práticas, levando a informação e interagindo com o leitor;
- O conteúdo da cartilha não deve ser composto exclusivamente por informações ambientais;
- O cartaz deve ter tamanho adequado, mínimo tamanho A1 (549 mm X 841 mm), colorido, com mapa de localização e imagens atrativas dos ecossistemas e das populações humanas da região (como forma de criar um laço entre o PEC e a população desde o início).

Recomendações:

- Para a elaboração dos materiais (*cartilha de divulgação e cartaz*), promover com as escolas de Santa Rosa dos Purus a participação dos estudantes como, por exemplo, um concurso para a escolha do nome do personagem ou desenhos sobre a fauna e flora do PEC, ou seja, o objetivo é, desde a criação, proporcionar um elo com o PEC.
- Caracterizar o personagem da *cartilha de divulgação* de forma a retratar o perfil cultural da região.

Prioridade: 1

Local: O material – *cartilha de divulgação e cartaz* – deverá ser distribuído para as escolas da região (Santa Rosa dos Purus, Sena Madureira e Manuel Urbano), estabelecimentos comerciais e instituições governamentais dos três municípios, para moradores do projeto de assentamento no entorno do PEC em Santa Rosa dos Purus e moradores do PEC. O *cartaz e cartilhas de divulgação* deverão ser utilizados nas bases do parque previstas no plano de manejo, e no “barco escritório¹⁸”, caso venha a ser implantado.

Possíveis Executores: Secretaria de Educação em parceria com a SEMA/IMAC, educador ambiental e empresa de comunicação auxiliada pelos gestores do PEC.

P2: Desenvolver e implantar programa de divulgação do PEC.

P2A: Criação de *web site* do PEC

Objetivos: Desenvolver um *web site* para divulgação da unidade de conservação e das ações que serão desenvolvidas no local e entorno.

Justificativa: A internet hoje é a ferramenta mais poderosa em termos de divulgação, facilitando o acesso às informações e a comunicação entre uma instituição e o seu público-alvo. Hoje o PEC não é conhecido fora do Acre, mesmo pelas pessoas envolvidas com a conservação da natureza ou ecoturismo.

Desenvolvimento: As etapas para o desenvolvimento de um *web site*, em geral, baseiam-se nos seguintes passos:

- Contratação de empresa especializada;

¹⁸ Proposta da Oficina de pesquisadores realizada em fevereiro de 2009 para a elaboração do Plano de Manejo;

- Construção de *briefing* inicial para discussão sobre objetivos, abordagem desejada, público-alvo, necessidades da unidade, e repasse de informações e imagens.
- Pesquisa e desenvolvimento realizados pela empresa contratada.
- Elaboração de protótipo e escolha do *layout*.
- Efetivação de registro de um domínio, caso a SEMA/IMAC não tenha.
- Contratar um provedor de hospedagem¹⁹, caso a SEMA/IMAC não tenha.
- Divulgação o *site*. A empresa contratada deve se encarregar de cadastrar o *site* nos principais *sites* de busca, dando atenção aos mais procurados na internet.
- Manutenção do *site*. Consiste em mantê-lo em funcionamento, atualizar e sustentar o contato com os usuários. A atualização é fundamental para manter os usuários interessados e informados, caso contrário, as pessoas deixam de visitá-lo.

Pressupostos/condições: definir objetivo, ter material e imagens de qualidade para iniciar o processo.

Recomendações: O *site* tem como público-alvo objetivo **principal** atender a uma demanda regional para veiculação de informações sobre o processo de implantação do Plano de Manejo, e do conselho consultivo, educação e interpretação ambiental para o público regional. Mas, deve ser construído de forma a atender também a comunidade científica, disponibilizando bancos de dados, mapas, imagens, pesquisas, contatos e futuramente as ações de uso público.

Prioridade: 1

Local: indiferente

Possíveis Executores: empresa especializada que ofereça *webmaster*, artista gráfico, e profissionais especializados nas áreas de mídia on-line, pesquisa *on* e *off-line*, comunicação e multimídia.

P2B: Mídia de Massa - Rádio

Objetivos: Desenvolver e implantar um programa de rádio a ser veiculado nas emissoras locais e regionais, como forma de proporcionar informações sobre o PEC, divulgando a unidade de conservação e estimulando a adoção de práticas de educação ambiental.

Justificativa: O rádio é um veículo de mídia de massa muito usado na região. Permite uma abrangência significativa, visto que atingem os lugares ermos aonde o meio televisivo ou qualquer outra forma de comunicação não chega e ainda, tem a capacidade de atingir as populações à margem do sistema educacional. O programa de rádio inicialmente fará a divulgação do PEC e poderá ao longo do tempo estabelecer uma rotina junto ao ouvinte levando informações ambientais sobre lixo, água, fogo, desmatamento no entorno e na UC, de forma a situar o cidadão no contexto regional, nacional e mundial, sobre as questões socioambientais tão emergentes nos dias atuais.

Desenvolvimento:

¹⁹ Provedor de hospedagem é um computador onde ficará o site. Esse computador fica ligado 24 horas por dia, e a cada vez que alguém acessar o site do PEC, esse computador exibirá as informações solicitadas. Será atualizado permanentemente (anti-vírus, novas versões de sistema operacional e programas e atualizações de segurança). Se alguma peça desse computador queimar, outro computador assumirá o comando automaticamente.

- Conceber um programa de rádio que proporcione informações sobre o PEC, sobre questões socioambientais da região por meio de uma equipe de profissionais de educação ambiental, de comunicação, especialmente aqueles ligados à radiofonia.
- Selecionar as principais emissoras que atingem a região e que tem maior audiência para a veiculação do programa de rádio (em especial a Rádio Difusora Acreana e Difusora de Sena Madureira).
- Estabelecer uma dinâmica de trabalho entre os gestores do PEC e o responsável pelo programa na emissora, de forma a alimentar com informações o programa a ser veiculado.
- O programa e as informações deverão ser, obrigatoriamente, aprovados pela equipe gestora do PEC.
- As informações a serem veiculadas poderão ser baseadas nos documentos gerados para o PEC, tais como o Plano de Manejo e em outros materiais afins.

Pressupostos/condições:

- O programa deverá ser composto por um programa em si e/ou por "chamadas" (repetição de idéias, lembretes, dicas, divulgação de fatos entre outros) sobre o PEC ou temas afins ao longo do dia/semana.

Recomendações:

- O programa de rádio deverá:
 - Informar: difundir notícias, relatos, comentários entre outros;
 - Ensinar: ter cunho educativo, contribuir para a formação do ouvinte ampliando o acervo de conhecimentos;
 - Persuadir: convencer sobre a importância do PEC e o seu papel enquanto cidadão;
 - Divertir: ser agradável, proporcionar distração e divertimento e;
 - Ser atrativo: usar de linguagem, formas de comunicação e expressão condizentes com a cultura local de forma a atrair a audiência ao programa.
- O tempo destinado ao programa de rádio deverá ser estimado por profissional da área de comunicação de massa, porém recomenda-se que inicialmente seja curto e que sejam realizadas pesquisas de opinião sobre o nível de audiência para determinar a sua expansão ou não.

Prioridade: 1

Local: em emissoras que tenham abrangência local e regional.

Possíveis Executores: profissionais de educação ambiental ou de educomunicação e, de comunicação de massa (radiofonia) em parceria com os gestores do PEC.

P2C: Kit de Divulgação

Objetivos: Desenvolver e distribuir um *kit* contendo material de divulgação com informações sobre o PEC para os tomadores de decisão, líderes e instituições locais e regionais.

Justificativa: O *kit* de divulgação será destinado às pessoas e instituições que tem atuação significativa na região, como por exemplo, prefeituras, exército, igrejas, FUNASA, as secretarias de educação, meio ambiente e todos aqueles atores que tem papel de destaque e que são difusores de informações. O *kit* tem também a função de fornecer informações técnicas, as quais contribuam no próprio desenvolvimento da atividade da instituição/ator que receba o material.

Desenvolvimento:

- O kit será composto por:
 - *Pen drive* contendo informações sobre o PEC: mapa do estado do Acre, fotografias, mapa da unidade de conservação, zoneamento e normas, sumário executivo do Plano de Manejo, legislação ambiental, boas práticas de educação ambiental, endereços e telefones do PEC e parceiros, entre outras;
 - Cartaz de divulgação do PEC;
 - Cartilha de divulgação do PEC; e
 - Sacola de tecido: a sacola de tecido será a embalagem do *kit*.

Pressupostos/condições:

- Todos os materiais enviados deverão, obrigatoriamente, ter a logomarca das instituições promotoras.

Recomendações:

- Todos os materiais devem ser aprovados pelos gestores do PEC.

Prioridade: 1

Local: Santa Rosa dos Purus, Sena Madureira, Manuel Urbano e Rio Branco

Possíveis Executores: profissionais de educação ambiental ou de comunicação em parceria com os gestores do PEC.

P3: Realização de uma viagem de familiarização (*famtour*) para o PEC.

Objetivos: Divulgar as potencialidades do PEC para imprensa, iniciativa privada e instituições governamentais relacionadas ao *trade* turístico, de forma a estabelecer um canal para parcerias futuras potenciais.

Justificativa: Um *famtour*²⁰ é uma oportunidade para promover a correta divulgação da UC e suas potencialidades e conhecer o real interesse dos diferentes segmentos turismo (operadores, agentes, guias de ecoturismo) e instituições governamentais. Neste caso, como será somente a divulgação de potencialidades e atrativos, pode ser denominado *pré-famtour*.

Desenvolvimento:

- Identificar cuidadosamente os profissionais para comporem o grupo de interesse;
- Contratar operadora de ecoturismo local para organização;
- Elaborar orçamento para despesas de viagem e buscar recursos;
- Elaborar roteiro de no máximo 3 dias de viagem, o que favorecerá a participação de tomadores de decisões;
- Elaborar roteiro "PLANO B" para o caso de chuvas que impossibilitem o roteiro original;
- Elaborar convites oficiais impressos, incluindo o roteiro previsto detalhado, recomendações de vestuário, equipamentos e demais necessidades;
- Contratar pessoal local nos municípios de entorno para prestação de serviços de alimentação, hospedagem, transporte, condução em campo, entre outros possíveis;
- Elaborar mapas e material informativo sobre o PEC, de qualidade profissional;

²⁰ Entre os profissionais de turismo o *Famtour* é utilizado para designar viagens onde agentes e operadores visitam destinos turísticos novos (ou não) no mercado, com a finalidade de vivenciar uma experiência que poder ser comercializada posteriormente.

- Desenhar com a operadora de ecoturismo um sistema de segurança e resgate em caso de acidentes;
- Realizar uma reunião preparatória com o grupo antes da partida, deixando bem claro o objetivo da viagem e o que se espera de cada participante;
- Confirmar com todos os responsáveis pelos serviços contratados (transporte, alimentação, hospedagem) antecipadamente.

Pressupostos/condições: gestores cientes da opção de abrir a UC para pesquisa e visitação pública.

Recomendações: É importante que o grupo convidado para visitar o PEC tenha experiência em ecoturismo, vivência de campo, conhecimentos das dificuldades, oportunidades e riscos, para que possam se pronunciar sobre seus interesses, sobre as demandas do mercado regional e as propostas de governo para o setor. A logística desta viagem deve ser organizada em parceria com uma operadora de ecoturismo profissional. O transporte deve ser preferencialmente aéreo de forma a minimizar o tempo em campo e uma estrutura para um pernoite deve ser providenciada no PEC. É essencial que o chefe da UC acompanhe o grupo, providenciando informação técnica de qualidade, tanto oral como impressa. O grupo deve ter entre 12 e 15 pessoas, incluindo representantes (tomadores de decisões) dos seguintes setores: operadoras de ecoturismo, secretaria de turismo, secretaria de meio ambiente (estadual e dos municípios de entorno), secretaria de obras (estadual e municípios de entorno), FUNASA, formadores de opiniões, ONGs, Universidades, SENAC (setor de treinamentos), representantes de Terras Indígenas, jornalistas, fotógrafo de natureza. Durante ou após a viagem recomenda-se um encontro para provocar uma discussão sobre as impressões do grupo, aproveitando a ocasião para uma exibição das fotografias da viagem. É importante que seja gerado um produto desta viagem, seja na forma de um documento orientador com base nas opiniões deste grupo e/ou uma carta de intenções para futuras parcerias. Este tipo de viagem é altamente recomendada quando se deseja divulgar e iniciar atividades de turismo em uma área natural, porém o resultado pode ser desastroso, caso não seja bem organizada e não conte com a colaboração de pessoas interessadas e experientes no assunto.

Prioridade: 1

Local: Visita a área Juçara, moradores locais do PEC, tabocais, queimadas, trajeto de barco para observação da fauna (aves, mamíferos, répteis, barreiros). Visitar o acesso ao PEC por Santa Rosa do Purus para conhecer a trilha utilizada pelos pesquisadores da AER.

Possíveis Executores: Gestores do PEC em parceria com operadoras de ecoturismo que já atuam em UCs no Acre; guias de ecoturismo.

P3: Realização de expedição para observação de aves no PEC.

Objetivos: Divulgar o potencial do parque para *birdwatching* através de uma visita técnica reunindo ornitólogos, guias experientes e fotógrafos especializados com projeção nacional e internacional.

Justificativa: Em um primeiro momento a proposta é formar a imagem do PEC para o *birdwatching* e estes profissionais terão o papel tanto de atestar a qualidade do atrativo, auxiliar na definição do público-alvo e indicar necessidades para a operação do atrativo. Além do mais, estes profissionais, principalmente os fotógrafos ajudarão a potencializar a divulgação das aves do PEC através dos seus *sites* pessoais/empresariais.

Desenvolvimento:

- Identificar cuidadosamente os profissionais para comporem o grupo de interesse, através de *sites* especializados, contatos de projetos/iniciativas de *birdwatching* já estabelecidos no Brasil e no Peru²¹. Agendar com bastante antecedência;
- Contratar operadora de ecoturismo local para organização;
- Elaborar orçamento para despesas de viagem e buscar recursos;
- Elaborar roteiros e convites oficiais impressos, deixando bem claro o objetivo da viagem e o que se espera de cada participante;
- Contratar pessoal local nos municípios de entorno para prestação de serviços de alimentação, hospedagem, transporte, condução em campo;
- Elaborar mapas e material informativo sobre o PEC, de qualidade profissional;
- Desenhar com a operadora de ecoturismo um sistema de segurança e resgate em caso de acidentes.
- Realizar uma reunião preparatória com o grupo antes da partida;
- Confirmar com todos os responsáveis pelos serviços contratados (transporte, alimentação, hospedagem) antecipadamente.

Pressupostos/condições: gestores cientes da opção de abrir a UC para *birdwatching*.

Recomendações: É importante que neste momento seja analisado a qualidade e a singularidade do atrativo, mas que não seja ainda apresentado como um produto formatado, evitando apressar o processo, o que pode levar a decisões errôneas.

Prioridade: 1

Local: PEC (barreiros, tabocais, queimadas e trajetos de barco), Jussara, área de residência dos moradores. Visitar o acesso ao PEC pelo Projeto de Assentamento, através da trilha utilizada pelos pesquisadores da AER.

Possíveis Executores: Gestores do PEC em parceria com operadoras de ecoturismo que já atuam em UCs no Acre; ornitólogos locais com experiência em comportamento de aves, guias/empresas especializadas em *birdwatching*.

P4: Elaboração de Plano Regional Integrado de Ecoturismo.

²¹ Sugestões de contatos: Cristalino Jungle Lodge, www.cristalinolodge.com.br, Alta Floresta, MT, info@cristalinolodge.com.br, fones: 66 3521.1396 ou 66 3512.7100; Pousada Rio Roosevelt, www.pousadarioroosevelt.com.br, Porto Velho, Rondônia; fone: 62 8192-7364 (Goiânia); Birdlife International através da SAVE Brasil; São Paulo (SP), fone: 11 3815-2862; Guto Carvalho, Coordenação do Avistar2009, guto@avistarbrasil.com.br, www.avistarbrasil.com.br, fone: 11 3023 5315; Birding Brazil Tours,; Manaus (AM), Andrew Whittaker, fone/fax: 92 3638-4540, andrew@birdingbraziltours.com.br; www.wikiaves.com.br; <http://ararajuba.org.br> e <http://www.birding.com.br>. No Peru: www.peru.info/peru.asp; www.perubirdingroutes.com e <http://www.inkanatura.com/manuperu.asp>.

Objetivos: Elaborar um Plano Regional Integrado de Ecoturismo, abrangente, realista e implementável, tendo em vista horizontes de **médio** e **longo** prazos, possibilitando benefícios diretos e/ou indiretos aos três municípios.

Justificativa: É fundamental que o PEC seja parte de um Plano Integrado de Ecoturismo de forma a não ser uma unidade turística isolada na região. O Plano deverá definir propostas e estratégias para desenvolver o ecoturismo na área de amortecimento do PEC, além de projetos para a implantação das atividades propostas no Plano de Manejo, preparando o parque para o uso efetivo pela sociedade, garantindo a conservação de seus recursos naturais e histórico-culturais e a sensibilização dos visitantes para com a conservação da natureza, além de indicar outras propostas integrando ou propondo roteiros fora dos limites do PEC.

Desenvolvimento:

- Elaboração de inventário participativo regional englobando os três municípios que compõem o PEC e Terras Indígenas;
- O plano deverá analisar e evidenciar as oportunidades de negócios para os moradores locais, na prestação de serviços e infra-estruturas de apoio ao ecoturismo.
- Elaboração de propostas detalhadas para as áreas definidas para o uso público no zoneamento do PM, indicando atividades de ecoturismo passíveis de implantação, tais como: *hiking*, *trekking*, canoagem, observação de aves, trilhas interpretativas no limite com Santa Rosa do Purus, trilhas suspensas para observação de fauna; cruzeiro fluvial, barco hotel;
- Elaborar projetos para infra-estruturas, orçamentos detalhados, operacionalização e minimização de impactos sobre o ambiente natural;
- Identificar necessidades de **treinamentos**²²;
- Definir investimentos governamentais e infra-estruturas de apoio ao turismo regionais necessárias;
- Apresentar possibilidades de parcerias e fontes de financiamento, propostas e regras para concessões e prestação de serviços de ecoturismo dentro do PEC,
- Propostas de produtos ecoturísticos e roteiros integrados aos já implementados no estado;
- Definir estratégia de implantação.

Pressupostos/condições: parcerias governamentais (municipal, estadual e federal) para o desenvolvimento do turismo efetivadas.

Recomendações: O Plano deverá examinar as possibilidades de implantação de atividades em Santa Rosa do Purus tendo este município como porta de entrada ao PEC. Recomenda-se que o documento, em especial a elaboração do inventário regional, siga a proposta participativa do Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (WWF, 2003), envolvendo jovens moradores locais. Organizar grupo

²² Instituições como o SENAC, SEBRAE, ONGs e universidades podem ser bons parceiros para esta etapa, e os temas recomendados, a princípio versam sobre: Ecoturismo (com base nas propostas de Strasdas, 2002; Häusler e Strasdas, 2002; Drumm e colaboradores, 2002; Drumm e Moore, 2002; Eagles e colaboradores, 2002; WWF, 2003; Funbio, 2004); Bioarquitetura, arquitetura sustentável; Sensibilização sobre a utilização de espaços naturais disponíveis; Qualidade no atendimento ao cliente; Controle financeiro para micro e pequenas empresas; Excelência no atendimento da recepção; Desempenho e criatividade no trabalho; Higiene e manipulação de alimentos; Técnicas para o desenvolvimento de Turismo Aventura; Observação de aves em seu ambiente natural; Guia especializado em atrativo turístico natural; Implantação e conservação de trilhas; Técnicas de mínimo impacto; Monitoria ambiental; Segurança e primeiros socorros.

de planejamento interinstitucional para acompanhamento dos trabalhos e contribuir com informações locais.

Prioridade: 1

Local: PEC e municípios de entorno.

Possíveis Executores: empresa com experiência na elaboração de planejamento integrado, contendo equipe multidisciplinar (profissional da área de turismo, especialista em ecoturismo, especialista em impactos ambientais, profissional do setor administrativo-financeiro; arquiteto, especialistas em antropologia e sociologia); funcionários e estudantes de instituições de ensino e pesquisa locais e de Rio Branco; jovens comunitários de Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano e Sena Madureira para auxiliarem no inventário participativo;

3.1.2 Médio Prazo

P5: Elaboração de um Plano de Negócios para atividades de ecoturismo, específicas para o PEC.

Objetivos: Elaborar um plano de negócios²³ para a implantação de atividades de ecoturismo no PEC.

Justificativa: Um plano de negócios vai indicar o investimento necessário e demonstrar a viabilidade e sustentabilidade econômica no longo prazo.

Desenvolvimento: O plano de negócios deverá considerar inicialmente a possibilidade de implantação das atividades selecionadas no Plano Regional Integrado, sugerido na proposta 4 (P4). O plano de negócios deve conter, no mínimo, os seguintes tópicos: sumário executivo; descrição geral do empreendimento (objetivos estratégicos, modelo de negócio, estágio atual, vantagens competitivas, exigências legais, alianças estratégicas); produtos (descrição do produto, potencial e vantagem competitiva do produto); plano de marketing (análise do mercado, característica do mercado alvo, concorrência, estratégia de marketing, estratégia de comercialização, melhor forma de implantação, logística, projeção de faturamento); plano de controle de impactos ambientais, plano operacional (forma, métodos e custos de implantação e execução); plano financeiro (investimento inicial, projeção dos resultados, ponto de equilíbrio, análise de investimentos - *Pay Back*).

Pressupostos/condições: Plano Regional Integrado apontando as principais opções de atividades elaborado.

Recomendações: O Plano de Negócios deve levar em conta duas possibilidades, (1) a implantação das atividades pela gestão do PEC e (2) que as atividades sejam terceirizadas ou concessionadas.

Prioridade: 2

Local: PEC

²³ Documento que descreve e analisa uma proposta ou negócio, partindo de uma visão de mercado, da operacionalidade do produto, traduzidos em projeções financeiras e demonstrações da sua viabilidade econômica.

Possíveis Executores: profissionais capacitados.

P6: Implantar atividades de *Birdwatching* para grupos específicos no PEC e entorno.

Objetivos: Iniciar atividades de uso público através da observação de aves, disponibilizando o PEC para viagens técnico-científicas destinadas a grupos específicos, tais como observadores de aves, estudantes e pesquisadores.

Justificativa: É importante estabelecer um programa inicial para observação de aves para grupos seletos, de forma a testar a aceitação desta atividade ecoturística no meio acadêmico, mercado nacional e internacional, visando a possibilidade de implantação de futuros produtos para comercialização.

Pressupostos/condições: Opção pela atividade de *birdwatching* como eixo principal das atividades no PEC a curto e médio prazo; construção de alojamento rústico, porém confortável para pernoite no PEC; parceria com moradores internos do PEC para apoio no fornecimento de alimentação; qualificar, mesmo que minimamente, os meios de hospedagem em Santa Rosa do Purus; providenciar veículos para transporte terrestre em Santa Rosa do Purus; instituir inicialmente um sistema de parceria ou permissão temporária, favorecendo a utilização de áreas do PEC por operadoras/guias sem custos.

Desenvolvimento:

- Elaborar material de apresentação do PEC e a biodiversidade aves;
- Realizar esforços iniciais de contatos para divulgação da proposta e identificação de interessados;
- Estabelecer parcerias com a(s) operadora(s) de ecoturismo e guia(s) especializados para formatação do produto;
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa;
- Estabelecer regras para utilização da unidade de conservação por empresa/profissionais particulares;
- Definir áreas adequadas para a visualização dos animais;
- Elaborar o produto (roteiro de viagem + transporte + alojamento + alimentação + guias locais + preço);
- Preparar material de apoio (guia de aves do PEC);
- Divulgar produto através da internet, universidades nacionais e estrangeiras, instituições de pesquisa.

Recomendações: Por se tratar de uma atividade econômica especializada a operação deve ser feita por profissional capacitado.

Prioridade: 2

Local: áreas do PEC passíveis de uso público e Santa Rosa do Purus

Possíveis Executores: empresas e/ou profissionais capacitados, com experiência em roteiros oferecidos ao público internacional.

P7: Curso de Iniciação à Observação de Aves, destinados a moradores locais e do entorno do PEC

Objetivos: Treinar moradores locais e do entorno para acompanhamento de grupos de observadores de aves.

Justificativa: Iniciar um programa de treinamento para observação de aves voltado para moradores locais, visando a inserção - futura - destas pessoas no mercado de trabalho potencial. Além disso, a proposta visa incentivar os moradores locais e do entorno a terem uma visão diferenciada dos recursos faunísticos do parque, apoiando as atividades de conservação da biodiversidade. Favorecer o envolvimento das comunidades locais nas atividades relacionadas com o uso público, propiciando alternativas econômicas compatíveis para complementação da renda familiar.

Desenvolvimento:

- Verificar interesse e habilidades de moradores, do interior do PEC e de Santa Rosa do Purus, em participar do curso.
- Buscar recursos financeiros.
- Contratar especialista em observação de aves e elaborar programa adaptado à realidade dos moradores.
- Elaborar material de apoio.
- Elaborar ementa do curso, incluindo necessidades de equipamentos, material de apoio e recursos audiovisuais.
- O curso deve ser composto por aulas práticas e teóricas, sendo a aula de campo realizada durante a manhã, onde todos os alunos terão a oportunidade de sair para observar as aves e colocar em prática o conteúdo ministrado em sala de aula.
Sugestão de ementa:
 - Introdução à ornitologia
 - Importância geral das aves
 - Relação das aves com as plantas
 - Observação de aves na natureza
 - Atividade profissional de observação de aves - *Birdwatching*
 - Regras gerais de observação.
 - Equipamentos necessários para a observação.
 - Locais e períodos de observação.
 - Fenologia das Espécies.
 - Migrações.
 - Morfologia das aves.
 - Plumagem e Padrões de Muda.
 - Critérios de Identificação.
 - Principais grupos e espécies regionais
 - Espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção que se encontram na região do PEC
 - Identificação das espécies observadas no campo.
- Para a realização da saída de campo o curso deverá oferecer: binóculos, caderneta de campo e lápis, botas de borracha, câmeras fotográficas, gravadores de som (K7 ou similar).

Pressupostos/condições: opção pela atividade de *birdwatching* como eixo principal das atividades no PEC a curto e médio prazo; pessoas alfabetizadas com interesse no curso.

Recomendações: É necessário contatar pessoas que já realizam cursos de guias de observação de aves e guias experientes na Amazônia. Adaptar o programa e os métodos para a realidade dos participantes.

Prioridade: 2

Local: áreas do PEC passíveis de uso público e Santa Rosa do Purus.

Possíveis Executores: instituições sem fins lucrativos e/ou empresas privadas que oferecem cursos semelhantes; guias de *birdwatching* experientes.

P8: Elaborar programa de monitoramento para as atividades de ecoturismo desenvolvidas no PEC

Objetivos: Monitorar as atividades de ecoturismo propostas

Justificativa: Para garantir o sucesso das atividades ecoturísticas e a proteção dos recursos naturais e culturais, o monitoramento dos impactos positivos e negativos é indispensável. O monitoramento e manejo dos impactos são estratégias fundamentais do ecoturismo e não podem ser negligenciadas.

Desenvolvimento: Sugere-se a contratação de uma consultoria específica para analisar cada atividade de uso público proposta, propor o método adequado, identificar as preocupações, definir um conjunto de indicadores de fácil medição, para avaliar os impactos positivos e negativos e também a qualidade dos serviços ecoturísticos.

Pressupostos/condições: Opção pela implantação de atividades de ecoturismo no PEC e recursos humanos para efetuar o monitoramento.

Recomendações: Contratar inicialmente um consultor para desenhar o processo de monitoramento específico para o PEC e permitir que o corpo docente e discente da região sejam atores no processo, em parceria com as comunidades locais. É necessário capacitar os atores envolvidos. As propostas de Takahasi (2004) e Drumm e colaboradores (2002) para planejamento do uso público em unidades de conservação são recomendadas porque dão especial atenção ao monitoramento, descrevendo os princípios básicos do LAC - Limite Aceitável de Câmbio.

Prioridade: 1

Local: áreas do PEC passíveis de uso público.

Possíveis Executores: profissionais capacitados no tema, professores universitários da região e de Rio Branco, estudantes universitários, moradores locais.

P8: Desenvolver e implantar programa de educação ambiental para o ensino formal

Objetivo: Desenvolver e implantar um programa de educação ambiental junto à rede de ensino na área de entorno do PEC, tendo como elemento transversal o PEC suas características físicas, biológicas, e os aspectos histórico, culturais e econômicos da região.

Justificativa: o desenvolvimento da educação ambiental nos estabelecimentos de ensino é previsto pela Lei 9.795, instituída desde 1999, porém, ainda ocorre de forma incipiente em grande parte do Brasil. A integridade da unidade de conservação também depende da atuação das comunidades, portanto, é necessário estabelecer um relacionamento que promova o seu entendimento e sua função na sociedade, bem como, mecanismos que a aproxime deste contexto. A escola é um importante componente formador de opinião na sociedade, além de obviamente cumprir seu papel de formação do indivíduo. Portanto, torna-se

excelente espaço de ensino-aprendizagem com vistas à proteção e conservação do PEC.

Desenvolvimento:

- Elaboração de um programa de educação ambiental à distância destinado aos professores e alunos dos estabelecimentos de ensino formal.
- Este programa deverá conter dois tipos de materiais: *Cartilha de EA* para os alunos e uma *Apostila de Conteúdos* para os professores.
 - *Apostila de Conteúdos* para o professor: este material deverá conter a fundamentação teórica necessária para a inserção ou incremento da educação ambiental na escola. Também, sugestões de atividades práticas que possam ser desenvolvidas no espaço escolar ou na área destinada à visitação no PEC. Servirá também como guia de aplicação e incremento da *Cartilha de EA* dos alunos. E finalmente, deverá conter mecanismos que proporcionem a avaliação dos resultados obtidos com o programa junto aos alunos (na escola), bem como do próprio material enviado pelo PEC.
 - *Cartilha de EA* para o aluno: este material deve ser elaborado de forma a privilegiar o lúdico, por meio de imagens, histórias em quadrinhos, desenhos que proporcionem o “aprender-brincando”. Deve conter atividades educativas que promovam interação, despertem a criatividade e a curiosidade, enfim que estimulem o leitor à busca de informações adicionais em outros meios. Deve estar relacionada com a *Apostila* do professor.

Pressupostos/condições:

- Devem ter pelo menos 4 fascículos ao ano (4 apostilas + 4 cartilhas), estabelecendo dessa forma um processo e não uma ação pontual;
- Devem ser entregues aos professores da rede de ensino e aos alunos de ensino fundamental;
- Como é uma forma de educação a distância, é necessário que se estabeleça a interatividade entre o professor (que trabalhará os conteúdos na escola) e o educador, que à distância fornecerá assessoria ao professor. Esta assessoria poderá ser realizada via internet pelo responsável pela elaboração do programa.
- Devem proporcionar o sentimento de pertencimento ao leitor, ou seja, de valorização do papel do indivíduo e da coletividade para a proteção do PEC como importante patrimônio ambiental para a sociedade local e regional;
- A *Cartilha de EA* deverá ter linguagem acessível direcionada aos escolares do ensino fundamental (49,4% são crianças de 0 até 15 anos), sugere-se a utilização de imagens e elementos pictóricos;
- A *Cartilha de EA* deve ter como elemento transversal o PEC e questões inerentes a este a região.
- A *Cartilha de EA* deve ter personagens o homem/mulher/criança como elemento de interação com o PEC, fazendo que estes sejam os condutores das boas práticas, levando a informação e interagindo com o leitor;
- Não elaborar a *Cartilha de EA* só com informações ambientais, deve abordar questões sociais, culturais, econômicas e históricas da região.

Recomendações:

- Para a elaboração da *Cartilha de EA* promover junto à escola do PEC e de Santa Rosa dos Purus a participação dos escolares como, por exemplo, um concurso para a escolha do nome do personagem ou desenhos sobre a fauna

e flora do PEC, ou seja, o objetivo é desde a criação proporcionar um elo com o PEC.

- Caracterizar o personagem da *Cartilha de EA* de forma a retratar o perfil cultural da região.
- A primeira *Cartilha de EA* poderá ser a mesma da cartilha usada na divulgação (proposta P1).

Prioridade: 1

Local: O material – *Cartilha de EA* e a *Apostila de Conteúdos* – deverá ser distribuído para as escolas de Santa Rosa dos Purus, de Sena Madureira e de Manuel Urbano;

Possíveis Executores: educador ambiental e empresa de comunicação auxiliada pelos gestores do PEC.

3.1.3 Longo Prazo

P9: Construção de um centro de pesquisas do oeste amazônico brasileiro.

Objetivos: Viabilizar estrutura física e equipamentos mínimos para a realização de pesquisas sobre conservação da biodiversidade, recursos hídricos, solos, etnobotânica, etnozootologia, antropologia, arqueologia, paleontologia, entre outras.

Justificativa: Esta proposta prevê, a construção e instrumentalização de um centro para uso de instituições de ensino e pesquisa brasileiras e estrangeiras, de forma a apoiar e viabilizar pesquisas necessárias no PEC e entorno, através de parcerias estratégicas.

Desenvolvimento: Alguns exemplos de reservas orientadas para a conservação, pesquisa e ecoturismo, como *Programme for Belize*²⁴ ou a Mamirauá²⁵ estão tendo bons resultados e projeção mundial. Na primeira fase, curto e médio prazos, deverá ser desenvolvida a proposta técnica e a estratégia de execução, além do estabelecimento de parcerias entre a instituição gestora do PEC, prefeitura de Santa Rosa do Purus, instituições de ensino e pesquisa, instituições financiadoras, terceiro setor e iniciativa privada. Através da parceria com a prefeitura e iniciativa privada será possível estabelecer, a médio prazo, condições de transporte, alojamento e alimentação para os pesquisadores no local, além da utilização temporária das estruturas já existentes, como o Centro de Florestania por exemplo, para alocação de salas de pesquisa e auditório. Na segunda fase deverá ser identificado o local para a construção do centro o qual poderá ser no Projeto de Assentamento em SRP ou dentro dos limites do parque, dependendo do zoneamento proposto e da oferta de áreas no PA, ou mesmo na área urbana de SRP. Esta proposta de longo prazo, além do intuito de promover a pesquisa científica e a conservação na região, tem também o objetivo de oferecer uma

²⁴ PROGRAMME FOR BELIZE, BELIZE, www.pfbelize.org. Possui centro de treinamentos, alojamentos rústicos em La Milpa para ecoturistas e programa de pesquisa voltado principalmente para o manejo florestal e seqüestro de carbono.

²⁵ A estrutura administrativa do Projeto Mamirauá conta com escritórios em Tefé e Belém. O pessoal de campo fica instalado em casas flutuantes e conta com o apoio de rádios, lanchas, barcos a motor e canoas, além de outros equipamentos para pesquisa; www.mamiraua.org.br.

identidade diferenciada para Santa Rosa, como um **município de apoio às áreas naturais protegidas da região**, oferecendo alternativas de desenvolvimento para os moradores. Os moradores poderão oferecer serviços de alimentação, transporte (veículos, barcos, locação de motos, bicicletas); instalação de pousadas ou alojamentos no PA; lavanderia; serviços de guias; serviço de apoio à pesquisa de campo; fornecimento peixes, carnes, ovos; fornecimento de hortaliças e frutas orgânicas, entre outros.

Pressupostos/condições: recursos financeiros, parcerias efetivadas, elaboração de normas para a instalação de infra-estruturas no PA; construção de aterro sanitário para a normatização do lixo no ramal de acesso; treinamento da comunidade para implantação de padrões de qualidade nos meios de hospedagem, alimentação e transporte.

Recomendações: Uso de tecnologias alternativas para as construções, tais como melhores práticas na construção civil, reaproveitamento de água, energias alternativas (fotovoltaica, eólica ou outra nesta linha), tratamento de esgoto, cultura local refletida nos padrões arquitetônicos. Adoção da proposta de Melhores Práticas de Ecoturismo (FUNBIO, 2004)²⁶. Em convênios com universidades estrangeiras é necessário criar e efetivar normativas para evitar biopirataria. Os resultados das pesquisas devem ser traduzidos em linguagem acessível, sendo retornados aos moradores através de palestras.

Prioridade: 3

Local: PEC, Santa Rosa do Purus.

Possíveis Executores: SEMA, Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus, SOS Amazônia, WWF, SETUL, Secretaria de Obras Públicas do Acre; UFAC e outras universidades brasileiras e estrangeiras, moradores de SRP.

²⁶ Disponível em www.ecobrasil.org.br

Referências Bibliográficas

- ALLEGRETTI, M. H. 2008. Diagnóstico Sócio-econômico do Parque Estadual Chandless. Primeiro relatório elaborado para embasar o Plano de Manejo. Documento não publicado. SEMA/IMAC e SOS Amazônia. Rio Brando, AC.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é Comunicação Rural. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BUZZETTI, D. R.C. 2008a. Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, AER Primeira Fase - Relatório de Avifauna. Documento não publicado. SEMA/IMAC e SOS Amazônia. Rio Brando, AC, fevereiro de 2008.
- BUZZETTI, D. R.C. 2008B. Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, AER - Relatório Final de Avifauna. Documento não publicado. SEMA/IMAC e SOS Amazônia. Rio Brando, AC, outubro de 2008.
- CALOURO, A.M. 2008. Plano de Manejo do Parque Estadual de Chandless, AER - Relatório de Mastofauna. Documento não publicado. SEMA/IMAC e SOS Amazônia. Rio Brando, AC.
- DRUMM, A. e MOORE, A. 2004. *Desarrollo Del Ecoturismo, Um Manual para los Profesionales da Conservación*, Vol. I, The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, EUA.
- DRUMM, A.; MOORE, A.; SOLES, A.; PATTERSON, C. E TERBORGH, J.E. 2004. *Desarrollo Del Ecoturismo, Um Manual para los Profesionales da Conservación*, Vol. I e II, The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, EUA.
- EAGLES, P.F.J.; S.F. McCOOL e HAYNES, C.D. 2002. *Sustainable Tourism in Protected Areas - Guide lines for Planning and Management*. IUCN, 183p.
- FARIAS, G. B e CASTILHO, C. J. M. Observação de aves e ecoturismo em Itamaracá (PE): instrumentos para o desenvolvimento sustentável. *Soc. Natureza*, 18:35-53, 2007.
- FARIAS, G. B. 2007. A observação de aves como possibilidade ecoturística. *Revista Brasileira de Ornitologia* 15(3):474-477, setembro de 2007.
- FERREIRA, Evandro J. L. 2008a. Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, AER Primeira Fase - Relatório de Vegetação. Documento não publicado. SEMA/IMAC e SOS Amazônia. Rio Brando, AC.
- FERREIRA, Evandro J. L. 2008b. Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, AER - Relatório Final de Vegetação. Documento não publicado. SEMA/IMAC e SOS Amazônia. Rio Brando, AC.
- FERREIRA, L. F. e COUTINHO, M. do C. B. 2002. ECOTURISMO: Visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/ PROECOTUR, 52p.
- FUNBIO, 2004. MELHORES PRÁTICAS PARA O ECOTURISMO MANUAL-MPE, FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE, PRIMEIRA EDIÇÃO. Disponível em <<http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7&sid=>> acesso em 18/02/09.
- HAM, S. H. 1992. *Interpretacion Ambiental: Una Guia Practica para Gente con Grandes Ideas y Presupuestos Pequeños*. Colorado, USA. 473p.
- HÄUSLER, N. e STRASDAS, W. 2002. *Training Manual for Community-based Tourism, InWent, Capacity Building International*, Germany, 40p.
- LEI 9795. Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em <[HTTP://WWW.LEI.ADV.BR/9795-99.htm](http://www.lei.adv.br/9795-99.htm)> acesso em 18/02/09

- MINISTÉRIO DO TURISMO & ABETA. 2008. Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil. Disponível em www.abeta.com.br. 157p.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. 2007. Roteirização Turística. Programa de Regionalização do Turismo - Módulo Operacional 7, 56 p.
- MMA, 2006. Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação. Brasília, DF, 61 p.
- MMA/SEDR/DRS/ PROECOTUR. Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia Legal Brasileira. Sumário Executivo apresentado em Rio Branco em 2008. Documento não publicado.
- NSRE (*National Survey on Recreation and the Environment*) *American's participation in outdoor recreation. The Interagency National Survey Consortium, Recreation Wilderness, and Demographics Trends Research Group and the Human Dimensions Research Laboratory. Knoxville: University of Tennessee, (2000-2002).*
- MIELKE, O. H. H. 2008. Plano de Manejo do Parque Estadual de Chandless, AER – Relatório Final de Lepidopterofauna. Documento não publicado. SEMA/IMAC e SOS Amazônia. Rio Brando, AC, outubro de 2008.
- PINHEIRO, J. RELATÓRIO DA SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PURUS PARA COMPLEMENTAR AS INFORMAÇÕES SOBRE SOCIOECONOMIA DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL CHANDLESS. Não publicado, 2008.
- SECTMA/WWF/SOS Amazônia, 2001. Projeto Implantação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Acre. PEÇA DE CRIAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL CHANDLESS – GLEBA 9, Rio Branco, Acre.
- SILVA, M. V. da 2006. Serpentes do Estado do Acre: Riqueza, dieta etno-conhecimento e acidentes ofídicos. Universidade Federal do Acre-Rio Branco, AC. 85f (Dissertação de Mestrado).
- STANKEY, G.H.; COLE, D.N.; LUCAS, R.C.; PETERSEN, M.E. & FRISSELL,S.S. 1987. *The Limits of Acceptable Change (LAC) System for wilderness planning*. Gen. Techn. Rep. INT. USDA Forest Service, Fort Collins, n. 176, 37p.
- STRASDAS, W. 2002. *The Ecotourism Training Manual for Protected Area Managers*. German Foundation for International Development (DSE) e Centre for Food, Rural Development and Environment (ZEL), Germany, 58 p.
- SOUSA, M. B. 2008. Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, AER - Primeira Fase, Relatório de Herpetofauna. Documento não publicado. SEMA/IMAC e SOS Amazônia. Rio Brando, AC, setembro de 2008.
- TORO, José Bernardo & WERNECK, Nísia Duarte. 1997. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: MMA, ABEAS, UNICEF.
- VASCONCELLOS, J. M. de O. 1996. Bases Gerais de Educação Ambiental e Interpretação da Natureza in: Curso de Manejo de Áreas Naturais Protegidas: Teoria e Prática, 19 de maio a 02 de junho de 1996, Curitiba e Guaraqueçaba, UNILIVRE. p 74 – 90.
- WWF. 2003. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária – Ferramentas para um Planejamento Responsável. WWF Brasil, Brasília, 470 p.
- YOURTH, H. 2002. *Watching vs. Taking. World Watch*, 13:12-23.

Anexo 1

1) RESTAURANTES/LANCHONETES

Data: ___/___/2006 Hora: ___:___ Pesquisador: _____

COORDENADAS: _____

Entrevistado: _____

CADASTRO

Início das atividades: _____

Município: _____ Comunidade/complemento: _____

Nome do empreendimento _____

Endereço:

Rua: _____ Número: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Celular: _____ Fax: _____

site: www. _____ e-mail: _____

Proprietário: _____

Reside no município? • sim • não Há quantos anos? _____ Nascido na região? • sim • não

SERVIÇOS

Meses de maior visitação:	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Nº de mesas: _____ Nº mesas extras: _____ Nº médio de refeições/dia: AT: _____ BT: _____

Horário de funcionamento: AT _____:_____ BT _____:_____

Dias da semana:	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
-----------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Tipos de refeições	Preços (R\$)	Tipos de refeições	Preços (\$)
a la carte		self service/buffet	
prato feito		marmitex	
sanduíches		rodízio	
salgados		porções	
outros		outros	

Especialidade (característica/prato típico): _____

PESSOAL (quantidades)

Cargos	Total	Nativos da Região	Não nativos
Direção/Administração			
Portaria			
Cozinha			
Garçon			
Faxina			
Manutenção			
Outros			

Empresa familiar: • sim • não

Observações: _____

ABASTECIMENTO: Fontes de abastecimento

	Onde compram ? Produção própria? Dificuldades
1. Alimentos industrializados	

2. Peixes	
3. Carne bovina	
4. Aves	
5. Frutas	
6. Verduras	
7. Leite	
8. Pães e similares	
9. Queijo	
10. Doces/geléias	
11. Palmito	
12. Mel	
13. Bebidas	
14. Outros	

* Se houver produtores/fornecedores locais, especificar nas observações, nome do produtor, local e contato.

INFRA-ESTRUTURA

Saneamento: • esgoto público • fossa séptica • fossa negra • escoamento • NDA	Abastecimento água: • rede pública tratada • rede pública não tratada • poço artesiano • cisterna • mina • NDA	Telhas: • cerâmica • amianto • cimento • zinco • palha	Aparência geral do estabelecimento: • ótima • boa • regular • ruim
Sanitários: <u>paredes rebocadas</u> • sim • não <u>revestimento:</u> • azulejo • cimento sem tinta • chapisco • madeira <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> • tinta Outro: _____ quantidade: _M _F _Misto ventilação: • não • simples	Cozinha: <u>parede rebocada</u> • sim • não <u>revestimento:</u> • azulejo • cimento sem tinta • chapisco • madeira • tinta Outro _____	Refeitório: <u>parede rebocada</u> • sim • não <u>revestimento:</u> • azulejo • cimento sem tinta • chapisco • madeira • tinta Outro _____	Destino do lixo: • coleta municipal • separa • leva para a cidade • enterra • recicla • alimenta animais • compostagem • NDA

SONDAGEM

Você já teve algum treinamento sobre melhores práticas na manipulação de alimentos? • sim • não

Quando? _____ Empresa/Instituição: _____

Conhece **atrativos** na região que vale a pena visitar? Onde? _____

Conhece **outras iniciativas de serviços** semelhantes ao seu? Quais? _____

Faz parte de alguma **associação**? • sim • não

Qual: _____

Você teria interesse em participar de uma associação específica de turismo? • sim • não

Se não, por que? _____

Renda mensal do empreendimento com turismo (opcional): • até R\$ 1.000,00 • 1.000,00 até R\$ 2.000,00 • mais que R\$ 2.000,00 até R\$ 3.000,00 • mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00 • mais que R\$ 5.000,00

2) MEIOS DE HOSPEDAGEM

Data: ___/___/2006 Hora: ____:____

Entrevistado: _____

CADASTRO

Nome do Estabelecimento: _____

Tipo:

- Pousada • Hotel Urbano Pensão Ano de Início das atividades: _____
• Chalé • Hotel Fazenda Lodge
• Casa de aluguel • B&B

Município: _____ Comunidade/Complemento: _____

Endereço:

Rua: _____ Número: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Celular: _____ Fax: _____

site: www. _____ e-mail: _____

Proprietário: _____

Reside no município? • sim • não Onde? _____ Há quantos anos? _____

Nascido no município? • sim • não

UNIDADES HABITACIONAIS - TIPO²⁷

	Quantidade (simples, duplos, triplos, 4 ou + pax)	Características (ventilador teto; ar condicionado, TV, frigobar, telefone)
Quartos (s/banheiro)		
Apartamentos		
Chalés		

Total de leitos: _____ Total de Banheiros coletivos: _____

Se for chalé: Cozinha equipada: • sim • não Obs.: _____

Desconto para crianças • sim • não Cortesia para Guia • sim • não Cortesia Motorista/barqueiro • sim • não

FUNCIONAMENTO:

Dias da semana:	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
-----------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Meses de maior visitação:	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

²⁷ Observações: Tipos de unidade habitacionais:

- Apartamentos: são unidades que têm banheiro;
- Quartos: não têm banheiro individual;
- Chalés: são unidades independentes, com banheiro.

Sistema de classificação de unidades habitacionais:

- Simple: uma cama apenas;
- Duplo: duas camas ou uma de casal;
- Triplo: três camas de solteiro ou uma de casal e uma de solteiro
Alojamentos: quarto coletivo onde quatro ou mais pessoas são acomodada.

SERVIÇOS OFERECIDOS

Telefone na portaria	• Lavanderia	• Sistema de rádio
Atrativos turísticos *	• Playground	• Sinal de celular
Serviços de guias*	• Piscina (adulto/criança)	• Tel. público
Camping** _____	• Sala de jogos	• Internet
Churrasqueira	• TV no saguão	• Restaurante
Cozinha no aposento	• TV no ap.	•

* informações adicionais: Nome e contato do guia? _____

Tipo do atrativo: _____ ** Capacidade

Café da manhã: • sim • não incluído na diária: • sim • não

PESSOAL(quantidades)

Quantas pessoas trabalham no estabelecimento?

Cargos	Total
Direção/Administração	
Portaria	
Rest/Cozinha	
Rouparia/Faxina	
Manutenção	
Outros	

Empresa familiar: • sim • não Observação: _____

ABASTECIMENTO: Fontes de abastecimento

	Onde compram ? Produção própria? Dificuldades
1. Alimentos industrializados	
2. Peixes	
3. Carne bovina	
4. Aves	
5. Frutas	
6. Verduras	
7. Leite	
8. Pães e similares	
9. Queijo	
10. Doces/geléias	
11. Palmito	
12. Mel	
13. Bebidas	
14. Outros	

* Se houver produtores/fornecedores locais, especificar nas observações, nome do produtor, local e contato.

INFRA-ESTRUTURA

Saneamento: • esgoto público • fossa séptica • fossa negra • escoamento • NDA	Abastecimento água: • rede pública tratada • rede pública não tratada • poço artesiano • cisterna • mina • NDA	Telhas: • cerâmica • amianto • cimento • zinco • palha	Aparência geral do estabelecimento: • ótima • boa • regular • ruim
Sanitários: paredes rebocadas • sim • não revestimento: • azulejo • cimento sem tinta • chapisco	Cozinha: parede rebocada • sim • não revestimento: • azulejo • cimento sem tinta • chapisco	Refeitório: parede rebocada • sim • não revestimento: • azulejo • cimento sem tinta • chapisco	Destino do lixo: • coleta municipal • separa • leva para a cidade • enterra • recicla

<ul style="list-style-type: none"> • madeira <input type="checkbox"/> • tinta Outro: _____ quantidade: _M _F _Misto ventilação: • não • simples	<ul style="list-style-type: none"> • madeira • tinta Outro _____	<ul style="list-style-type: none"> • madeira • tinta Outro _____	<ul style="list-style-type: none"> • alimenta animais • compostagem • NDA
---	--	--	--

Tem energia elétrica? (fonte) _____

Observações: _____

RESERVAS

• Direta (tel) _____ • Internet site: www. _____

SONDAGEM

Conhece **atrativos** na região que vale a pena visitar? Quais?

Conhece **outras iniciativas de serviços** semelhantes ao seu? Quais?

Faz parte de alguma **associação**? • sim • não

Qual: _____

Renda mensal do empreendimento com turismo (opcional): • até R\$ 1.000,00 • 1.000,00 até R\$ 2.000,00 • mais que R\$ 2.000,00 até R\$ 3.000,00 • mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00 • mais que R\$ 5.000,00

SERVIÇOS – ARTESANATO

Data: ___/___/2006 Hora: ___:___ Pesquisador: _____

COORDENADAS: _____

Entrevistado: _____

CADASTRO

Tipo de serviço: _____ Ano de início das atividades: _____

Município: _____ Comunidade/Complem: _____

Denominação do Estabelecimento: _____

Endereço: _____ Número: _____

Bairro/Comunidade: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Celular: _____ Fax: _____

e-mail: _____ site: www. _____

Proprietário: _____

Reside no município? • sim • não Há quantos anos? _____ Nascido na região? • sim • não

Onde? _____

Tem sócio? • sim • não Nome: _____

Reside no município? • sim • não Há quantos anos? _____ Nascido na região? • sim • não

Onde? _____

ARTESANATO:

Nome do artesão: _____

Tipo do artesanato: _____

Produtos: _____

Dias da semana: SEG TER QUA QUI SEX SAB DOM

Formas de pagamento: • Dinheiro Cheque Outros: _____

Matéria prima utilizada: _____ renovável? • sim • não

Qualidade: • ótimo • bom • regular • ruim

SONDAGEM

1) Conhece **atrativos** na região que vale a pena visitar? Quais? _____

2) Conhece **outras iniciativas de serviços** semelhantes ao seu? Quais? _____

3) Faz parte de alguma **associação**? • sim • não

Qual: _____

3) **Você teria interesse em participar de uma associação específica de turismo?** • sim • não

Se não, por que? _____

4) Já fez algum treinamento específico para o seu ramo de trabalho? • sim • não

Qual: _____

Empresa/instituição: _____

Renda mensal do empreendimento com artesanato (opcional): • até R\$ 1.000,00 • 1.000,00 até R\$ 2.000,00
• mais que R\$ 2.000,00 até R\$ 3.000,00 • mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00 • mais que R\$ 5.000,00

ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE EMPRESAS DE TURISMO

Operadora/agência: _____

Rua: _____ nº: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____

e-mail: _____

Site: _____

1. Oferece algum serviço/produto em contato com a natureza?
2. Locais onde atua:
3. Atividades que oferece:
4. Descrição sumária dos roteiros (específicos natureza):
5. Conhece o Parque Estadual Chandless? (Fazer uma breve descrição, utilizando o mapa)
6. Na sua opinião seria possível desenvolver produtos turísticos que incluíssem o PE Chandless?
7. Quais seriam as potencialidades do Chandless?
8. Quais seriam as fraquezas do Chandless?
9. Na sua opinião o que seria necessário para implantar a visitação do Chandless?